



TJMG

2018/2020

JUDICIÁRIO PARA O SÉCULO XXI
GESTÃO COMPARTILHADA E PARTICIPATIVA



ÍNDICE

AÇÕES JUDICIÁRIAS

BRUMADINHO: AGILIDADE COM HUMANIDADE.	10	JUIZADOS ESPECIAIS	35
BNMP EM TEMPO RECORDE	13	Juízes leigos	36
Mandados de prisão eletrônicos	13	JULGAMENTO VIRTUAL	37
BAIXA AUTOMATIZADA	14	MÊS NACIONAL DO JÚRI	38
CONSUMIDOR.GOV.BR	14	MODERNIZAÇÃO DAS INTIMAÇÕES	39
CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO	15	MUTIRÃO CARCERÁRIO	39
Acordos históricos	16	MUTIRÃO DE BAIXAS E JULGAMENTOS	41
Instalação de Cejuscs e Papres e outras iniciativas	19	PRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS	41
DEPÓSITOS JUDICIAIS	21	PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO	42
DEMANDAS FRAUDULENTAS	21	PJe Criminal	44
DIGITALIZAÇÃO E TRIAGEM DE PROCESSOS	22	Sistemas diversos	44
Recursos especiais	22	PROGRAMA PAI-PJ	44
EXECUÇÃO FISCAL EFICIENTE	23	PROGRAMA PONTUALIDADE	46
EXPANSÃO DO SEEU	24	PROJETO VIRTUALIZAR	47
Alvará de soltura eletrônico	25	Projeto Agilizar	47
FORTELECIMENTO DAS APACS	26	RECONHECIMENTO FACIAL	48
Visitas históricas	28	RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE	49
GESTÃO DE PRECATÓRIOS	29	Expansão para o interior	50
Pagamento de precatórios	29	Maternidade e laços socioafetivos	50
GESTÃO DE PRECEDENTES	30	TAQUIGRAFIA VIRTUAL	51
Revista de Precedentes Qualificados	31	SELO DE FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICO	51
HUMANIZAÇÃO DA SAÚDE	31	SISTEMA AUXILIARES DA JUSTIÇA	52
INFÂNCIA E JUVENTUDE	32	VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	53
Adoção	33	Outras ações	54
Entrega Legal	34		
TJ com a Comunidade	34		

AÇÕES ADMINISTRATIVAS

CAPITAL HUMANO	58
Novos magistrados e servidores	59
COLETA SELETIVA E RECICLAGEM	60
DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS	61
Gestão por competências.....	63
Concursos	63
ECONOMIA DE GASTOS	64
Economia nas negociações.....	65
ESTRUTURA JUDICIÁRIA	66
GESTÃO DOCUMENTAL	68
Recuperação de documentos.....	69
Arquivo Permanente	69
NOVOS FÓRUNS	70
Comarcas contempladas.....	71
Ampliação do Edifício Sede	73
PRÉDIOS SUSTENTÁVEIS	74
Segurança dos imóveis.....	74
PAINÉIS DE CONTROLE	76
Execução Orçamentária e Financeira	76
Gestão de Contratos	76
Força de Trabalho	77
Limites Orçamentários x Execução	77
Metas Nacionais do Poder Judiciário (CNJ)	77
PANDEMIA DA COVID-19	78
População carcerária	79
Informações sobre a pandemia.....	79
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	81
PROCESSOS DE TRABALHO	82
SEGURANÇA INSTITUCIONAL	82
SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES	84

AÇÕES INSTITUCIONAIS

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	88
Justiça em Questão	89
Aproximação com o público	90
JURISPRUDÊNCIA E OBRAS TÉCNICAS	91
MEMÓRIA DO JUDICIÁRIO	92
OUIDORIA ATENTA	93
PARCERIAS E COOPERAÇÃO	94
PROGRAMA DE INTEGRIDADE	95
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	96
RESPONSABILIDADE SOCIAL	97
SUSTENTABILIDADE	100
Energia elétrica e contratos	101
Qualidade de vida no trabalho.....	101





JUDICIÁRIO PARA O SÉCULO XXI



Passados os dois anos de nossa gestão no comando do Judiciário mineiro, o momento é de reflexão sobre o trabalho que realizamos, de gratidão pela trajetória enriquecedora que o período na direção do TJMG nos proporcionou e de prestação de contas à sociedade, sobre os resultados conquistados ao longo do biênio 2018/2020. Foram muitas e diversas as iniciativas empreendidas ao longo dos últimos 24 meses, tornando complexa a tarefa de enumerá-las.

Este sucinto relatório, contudo, traz algumas ações de destaque empreendidas pelas diversas áreas do Tribunal, ao longo desta gestão. Outras ações e atividades não estão listadas aqui, mas todas tiveram papel relevante para que esta gestão fosse bem-sucedida.

O balanço dos trabalhos mostra que esta gestão se estabeleceu como um divisor de águas pelas conquistas no campo da modernização tecnológica, que impulsionaram o TJMG rumo à era digital. O investimento em sistemas diversos, muitos deles interligados, lançou o Judiciário mineiro, definitivamente, no século XXI.

Nesse sentido, o biênio 2018/2020 entra para a história do Judiciário de Minas pela implantação do Processo Judicial eletrônico (PJe) nas unidades judiciárias de competência cível e nos Juizados Especiais de todas as 297 comarcas do estado, o que permitirá que os próximos anos, no TJMG, sejam marcados por uma Justiça mais sustentável, célere e moderna.

Investimos na cultura da mediação e da conciliação, na luta à violência contra a mulher, na infância e na juventude, em ações de responsabilidade social, na segurança de magistrados, servidores, colaboradores. Não poupamos esforços também para, de forma corajosa, criar ou



Acesse também a versão digital desse relatório:



fortalecer iniciativas para aperfeiçoar o sistema de justiça criminal.

Além disso, a partir de estudos técnicos e esforços que envolveram diversos setores do TJMG, e tendo sempre como norte o Planejamento Estratégico 2019 para a instituição, novas varas foram instaladas e outras tiveram sua competência alterada, ampliando a efetividade da prestação jurisdicional.

Também marca esta gestão a construção de novos fóruns para diversas comarcas mineiras, dentro do Programa de Aceleração de Obras do TJMG, criado para aumentar a capacidade de execução de obras e para melhorar a estrutura física dos imóveis utilizados pelo Judiciário mineiro. As obras atenderam ao anseio de milhares de mineiros, de todas as cinco regiões de Minas.

Tecemos parcerias e cooperações, mantivemos diálogo permanente com outros poderes, com órgãos públicos e com a iniciativa privada, e investimos no aperfeiçoamento, na profissionalização da gestão da Casa, bem como na capacitação do nosso quadro de juízes, desembargadores, servidores e colaboradores.

Foram dois anos bastante profícuos, de intenso trabalho, período no qual enfrentamos desafios únicos. Além de uma crise econômica e política de grandes proporções, gerimos o TJMG, nos últimos quatro meses de gestão, diante de uma crise histórica, sem precedentes, provocada pela pandemia da covid-19.

Embora a jornada tenha sido feita de obstáculos, por maiores que fossem, eles não superaram nossa vontade de enfrentá-los e de seguir adiante, celebrando cada vitória. Avaliando o

caminho percorrido, reconhecemos que muitas sementes foram plantadas. Alguns frutos, é importante ressaltar, deverão ser colhidos apenas nos próximos anos, mas nisso está um dos méritos desta gestão: boa parte das iniciativas produzirão impactos futuros, que serão duradouros e permanentes.

É preciso que se ressalte também que os resultados alcançados, todos eles, foram fruto de uma atuação compartilhada e participativa de toda a direção, do conjunto da magistratura, da equipe de gestores e dos servidores.

O comprometimento de todos, cada um em seu papel, é algo que muito nos orgulhou, nos dois anos no comando do Judiciário de Minas.

A Justiça, como a liberdade, parafraseando Cecília Meireles, em *O Romanceiro da Inconfidência*, é uma palavra que o sonho humano alimenta, e “não há ninguém que explique/ e ninguém que não entenda”. É inegável, ainda, que o vocábulo suscita em nós o sentimento profundo e a certeza inegociável de que, sem Justiça, a vida em sociedade não é viável e perde seu valor.

Ao encerrar esta gestão, nosso desejo é que tenhamos efetivamente contribuído para aproximar ainda mais o TJMG de sua missão de se constituir em um instrumento efetivo de justiça, equidade e promoção da paz social.

NELSON MISSIAS DE MORAIS
PRESIDENTE DO TJMG



Ata Cejusc AMM e Governo

AÇÕES JUDICIÁRIAS

FOTO: ERIC BEZERRA

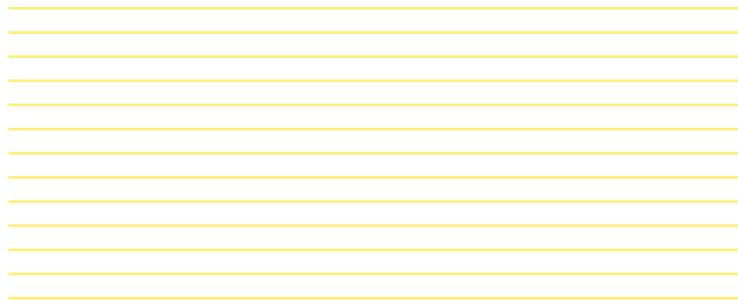


FOTO: MIRNA DE MOURA

Presidente participa de homenagem às vítimas da tragédia de Brumadinho

BRUMADINHO: AGILIDADE COM HUMANIDADE

O Judiciário mineiro agiu de maneira rápida e organizada diante do rompimento da barragem de rejeitos da Mina do Córrego do Feijão, de propriedade da Vale S.A., em Brumadinho, em 25 de janeiro de 2019, reconhecido como uma das maiores tragédias humanas e ambientais do gênero, no País.



Para atender de maneira ágil, humana e eficaz a população atingida, imediatamente após a ocorrência o Tribunal mineiro municiou a Comarca de Brumadinho de infraestrutura e ferramentas que permitiram o aprimoramento da prestação jurisdicional.

Entre as medidas adotadas, figuraram a instituição de um Comitê para Gestão de Assuntos Emergenciais, a antecipação da implantação do Processo Judicial eletrônico (PJe), com o treinamento de juízes e servidores para o uso do sistema, e a criação de secretaria remota para apoiar, em regime de cooperação, o julgamento de casos em tramitação na comarca.

Além disso, houve a capacitação de equipes para lidar com casos de severo impacto ambiental e a determinação de auxílio emergencial, financeiro, psicossocial, médico e econômico à comunidade atingida e ações para mapeamento e reparação dos danos ambientais.

A conciliação de demandas, de modo a oferecer à população respostas dialogadas e mais ágeis, foi incentivada com a reestruturação e a ampliação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc), cabendo a esse órgão a homologação judicial, em prazo rápido, de acordos individuais propostos pela Defensoria Pública.

A Justiça mineira bloqueou ainda parte de valores da Vale S.A., responsável pelas atividades na Mina Córrego do Feijão, e determinou a indisponibilidade de bens das empresas de consultoria que deram laudos atestando a estabilidade das estruturas da mineradora e a suspensão de suas atividades.

Boa parte desses recursos bloqueados foi utilizada pelo governo mineiro em ações de combate à pandemia da Covid 19.



Decisões atenderam a outras solicitações diversas, como as que determinaram a verificação das condições de segurança das comunidades e a elaboração de planos de ação em caso de novos desabamentos, a fim de permitir o resgate de pessoas e animais, bem como a preservação do patrimônio histórico e cultural na região.

Por meio de cooperações, foi facilitada a emissão de certidões de óbito, através de uma unidade interligada do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais implantada no Instituto Médico Legal (IML) de Belo Horizonte.

Em dezembro de 2019, as medidas inéditas e estratégicas tomadas pelo Judiciário mineiro diante do desastre foram apresentadas pela Presidência do TJMG em reunião do Observatório Nacional de Casos Complexos, de Grande Impacto e Repercussão, criado em janeiro de 2019 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) com o objetivo de acelerar o andamento das ações que envolvem temas de grande impacto.





Magistrados e servidores participam de treinamento para operar o BNMP 2.0

BNMP EM TEMPO RECORDE

Em tempo recorde — um prazo de apenas 20 dias, em agosto de 2018 —, o TJMG concluiu o levantamento completo da população carcerária do Estado de Minas Gerais para o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O extenso esforço de mapeamento foi resultado do trabalho de um grupo criado por determinação do presidente do TJMG ao assumir o comando do Judiciário mineiro.

A ação envolveu a Presidência, a Corregedoria-Geral de Justiça e os juízes e servidores das diversas comarcas mineiras, as quais, por meio de seus representantes, firmaram compromisso com a Presidência do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF) para a conclusão dos trabalhos.

MANDADOS DE PRISÃO ELETRÔNICOS

A interligação do Banco Estadual de Mandados de Prisão (Bemp) ao Sistema de Gerenciamento de Procedimentos Policiais via Web (Pcnet), da Polícia Civil de Minas, permitiu a otimização da tarefa de emissão de mandados de prisão, dispensando seu envio manual às delegacias.

De 1º de julho de 2018 a 27 de março de 2020, foram emitidos 73.757 mandados de prisão no Bemp, e foi expandida para todas as comarcas mineiras a interligação desse banco com o sistema BNMP 2.0, o que permite a alimentação automática das principais informações entre os referidos sistemas.

BAIXA AUTOMATIZADA

Esta gestão notabilizou-se pelo esforço em ampliar a modernização do Judiciário mineiro e facilitar a interação entre os diversos sistemas eletrônicos adotados pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Nesse sentido, destacam-se as iniciativas que visaram aprimorar a comunicação do Processo Judicial eletrônico (PJe) com o Processo Judicial eletrônico da Segunda Instância (JPe). Em julho de 2018, a baixa dos processos à comarca de origem passou a ser feita de forma automatizada e integrada entre os dois sistemas.

Antes, planilhas e listagens eram elaboradas manualmente. Os processos, atualmente, são baixados de uma vez.

Outra novidade surgiu em novembro de 2018, quando os *habeas corpus* cíveis e criminais por meio do JPe, em processos físicos e eletrônicos da Primeira Instância (PJe), passaram a tramitar exclusivamente por meio digital, independentemente da comarca de origem. Os agravos de instrumento cíveis e criminais, os mandados de segurança cíveis e vários outros pedidos já eram recebidos dessa forma desde 2016.

Com isso, o plantão ocorrido durante o recesso do Judiciário de 2018 foi o primeiro com 100% de processos eletrônicos.

Medidas como essas conferem mais celeridade à tramitação dos processos e maior efetividade às decisões judiciais. Além disso, dispensam o deslocamento dos advogados ao TJMG.

CONSUMIDOR.GOV.BR

Para estimular a conciliação extraprocessual por meio do uso da plataforma Consumidor.Gov.Br, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais firmou acordo de cooperação técnica com o Ministério da Justiça, vigente desde maio de 2019.

Ferramenta digital pública, idealizada e mantida pelo ministério, a plataforma representa mais uma alternativa para o cidadão solucionar, de forma pacífica, e por meio do diálogo, conflitos envolvendo direito do consumidor.

Um projeto piloto de uso da ferramenta foi iniciado no Juizado Especial Cível da Comarca de Vespasiano, em fevereiro de 2019, após autorização da Corregedoria-Geral de Justiça e do Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais do Tribunal mineiro.

Até abril de 2020, os Juizados Especiais de outras 16 comarcas já haviam apresentado interesse no uso da plataforma e tiveram representantes cadastrados, com parte delas já iniciando seu uso: Almenara, Barbacena, Belo Horizonte, Ipatinga, Itabira, Itaúna, Janaúba, João Monlevade, Juiz de Fora, Oliveira, Pará de Minas, São João del-Rei, São Lourenço, São Sebastião do Paraíso, Sete Lagoas e Ubá.

CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

Milhares de audiências realizadas em duas edições da Semana Nacional da Conciliação, acordos históricos celebrados e dezenas de unidades de Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) e Postos de Atendimento Pré-Processual (Papres) instalados em Minas.

O saldo desta gestão no campo da conciliação e da mediação mostra o impulso dado pelo Judiciário mineiro à autocomposição na solução de conflitos. Um esforço reconhecido pelo relatório Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no qual o TJMG figurou com o melhor índice de solução de conflitos por meio da conciliação, entre as cortes brasileiras de grande porte, em 2018.

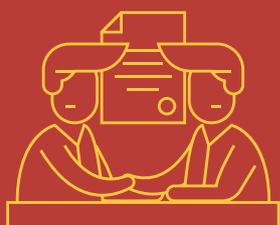
O destaque veio também a uma ação específica, o projeto Paternidade para Todos, que estimula o reconhecimento de paternidade.

A iniciativa venceu o X Prêmio Conciliar é Legal, realizado pelo CNJ, na categoria “Tribunal de Justiça”.

A premiação foi entregue em 18 de fevereiro de 2020, em Brasília.

Nesta gestão, apenas durante a 13ª e a 14ª Semanas Nacionais da Conciliação, realizadas respectivamente em novembro de 2018 e novembro de 2019, foram feitas mais de 72 mil audiências, com quase 31 mil acordos celebrados.

13ª E 14ª SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO NOVEMBRO DE 2018 E 2019



mais de **72 MIL** audiências realizadas

com quase **31 MIL** acordos celebrados



ACORDOS HISTÓRICOS

O Judiciário mineiro desempenhou papel de grande repercussão social quando, por meio de seu Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de 2º Grau (Cejusc 2º Grau), intermediou acordo inédito entre o Estado de Minas Gerais e a Associação Mineira de Municípios (AMM), em abril de 2019. O valor negociado girou em torno de R\$ 7 bilhões.

Pelo celebrado, o Governo de Minas concordou em regularizar os repasses do ICMS, do IPVA e do Fundeb, em atraso desde 30 de janeiro de 2019. Dos 853 municípios mineiros, 847 aderiram individualmente e eletronicamente ao acordo, em benefício dos mais de 21 milhões de habitantes do estado.

ACORDO INÉDITO DE
R\$ 7 BI
ENTRE O ESTADO
DE MINAS GERAIS
E A ASSOCIAÇÃO
MINEIRA DE
MUNICÍPIOS

intermediado pelo
Cejusc 2º Grau
em abril/19.



Para regularizar
repasses de ICMS,
IPVA e Fundeb, em
atraso desde 30/1/19,

**UM ACORDO
FOI ADERIDO
POR 847 DOS
853 MUNICÍPIOS
MINEIROS,**

individualmente e
eletronicamente.

Como todas as adesões ao acordo foram realizadas por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), estima-se uma economia de quase 200 mil páginas, além de outros insumos como capas de processo, etiquetas de autuação, grampos plásticos, carimbos, além da extinção de cerca de 600 ações.



Também de inestimável alcance social, outro acordo histórico intermediado pelo TJMG no período foi o que encerrou um conflito relacionado à Izidora, considerada a maior ocupação urbana da América Latina. No local vivem 8 mil famílias — cerca de 30 mil pessoas. O impasse envolvia proprietários da Granja Werneck S.A. e ocupantes do terreno de propriedade da empresa, localizado na zona norte da capital mineira.

Ainda nesta gestão, dois outros importantes acordos tiveram a intermediação do Cejusc Social: um deles em uma ação referente a terreno no Bairro Santa Tereza (clube Oásis) e o outro em um conflito envolvendo a Companhia de Habitação de Minas (Cohab) e o Município de Contagem, que impactou 432 famílias da ocupação William Rosa.



AUDIÊNCIAS E ACORDOS - CEJUSC 2º GRAU JUL/18 A MAR/20



Montante acordado: **R\$ 4,5 MILHÕES** entre jun/19 e fev/20

Pelo Cejusc 2º Grau, de julho de 2018 a março de 2020, foram designadas 918 audiências e realizadas 753, com 246 acordos alcançados. Apenas entre junho de 2019 e fevereiro de 2020, o montante acordado superou R\$ 4,5 milhões.

Pelo Cejusc Ambiental, destacam-se duas iniciativas: o acordo ambiental entre o Ministério

Público e a Aperam Bioenergia, envolvendo atividade de carvoejamento no Município de Turmalina, que pôs fim a três agravos de instrumento e a uma ação civil pública; e o acordo no qual a Guanhães Energia S.A. se obrigou a concluir o projeto de desmonte técnico, salvamento e reconstrução do casarão da Fazenda Cavaco e seu entorno, ao qual já havia dado início.



INSTALAÇÃO DE CEJUSCS E PAPRES E OUTRAS INICIATIVAS

Do início desta gestão a janeiro de 2020, foram inaugurados 48 Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs). Em todo o estado, foram cerca de 196.985 acordos celebrados, sendo 108.277 pré-processuais.

Foram criados ainda no interior do estado 42 Postos de Atendimento Pré-Processual (Papre), que realizaram 6.928 sessões de mediação/conciliação, com 98,46% de acordos, até 13 de abril de 2020. Esses postos são voltados para a conciliação de demandas que ainda não se tornaram judiciais.

Além disso, foram instalados no período seis Postos de Cidadania, de maneira a fomentar o acesso à Justiça e, em especial, promover e facilitar o atendimento, pelos Cejuscs, dos cidadãos residentes em municípios que não são sede de comarca.

De 1º de julho de 2018 a 13 de abril de 2020, houve edições do Cejusc Itinerante em 33 municípios, além da instalação de uma unidade do Posto Avançado de Conciliação (Pace) no Município de Belo Oriente. Nos Paces, foram 1.419 acordos celebrados e cerca de 1,8 milhão em valores acordados.

CENTROS JUDICIÁRIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA



POSTOS DE ATENDIMENTO PRÉ-PROCESSUAL



No projeto Justiça Itinerante, que visa a ampliar o acesso à Justiça a populações distantes, até 13 de abril de 2020 foram assinados ou renovados convênios com oito prefeituras: Piracema, Rio do Prado, Marmelópolis, Setubinha, Piranguçu, Mata Verde, Franciscópolis e Divino das Laranjeiras.

No período, foram ainda realizados 102 mutirões DPVAT Seguradora Líder, com 585 acordos que, somados, totalizaram aproximadamente R\$ 88 mil; 19 mutirões bancários, com 478 acordos, que totalizaram quase R\$ 3 milhões; e 71 mutirões de diversos outros assuntos, com 2.136 acordos, totalizando cerca de R\$ 9,5 milhões.

Dentro do projeto Mais Vida, que tem como público-alvo cônjuges em separação, famílias em conflito, filhos e vítimas de violência doméstica, foram feitos, no período, 76 atendimentos, contemplando 44 crianças.

Além disso, até abril de 2020, foram encaminhados 324 processos para a justiça restaurativa no Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte e 126 processos para a justiça restaurativa no Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional (CIA/BH).

O projeto Nós, que leva a metodologia da justiça restaurativa às escolas públicas de Belo Horizonte, ofereceu no período dez cursos de capacitação no tema, com 262 alunos certificados.

Outro projeto de destaque foi o Meu Lar, de mutirões da Cohab Minas, com o objetivo de regularizar, em regime de pauta concentrada, situações decorrentes da aquisição de imóveis em programas habitacionais do governo, com a devida emissão de escrituras para os mutuários.

Do início desta gestão a abril de 2020, foram 16 desses mutirões em todo o estado, com a negociação de cerca de R\$ 6,6 milhões em 2.963 acordos.

Ações desenvolvidas pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) garantiram a capacitação de 1.272 mediadores e conciliadores (etapa teórica), com 551 certificados expedidos; a realização de 256 oficinas de parentalidade e divórcio, com 4.288 participantes; e um total de 5.571 encaminhamentos por meio do canal Quero Conciliar.

MUTIRÕES DA COHAB MINAS PROJETO MEU LAR

16 MUTIRÕES feitos do início desta gestão até abr/20

 **2.963 ACORDOS** = **R\$ 6,6 MILHÕES** 

DEMANDAS FRAUDULENTAS

Um total de 166 demandas e 205 advogados foram monitorados pelo Núcleo de Monitoramento do Perfil de Demandas (Numopede) do TJMG, que visa centralizar as orientações para reduzir a distribuição de demandas fraudulentas e abusivas no Judiciário mineiro.

Em 2019, o Numopede emitiu sete comunicados contendo boas práticas para minimizar o uso abusivo do direito e seis informes confidenciais direcionados exclusivamente a magistrados.

Além disso, foram realizadas reuniões com diversas entidades externas para a divulgação do trabalho do núcleo e para o estabelecimento de parcerias, entre elas com a OAB -MG, Ministério Público de Minas, Serasa, SCPC, Boa Vista Serviços e operadora Vivo.

Nesta gestão, foi realizado o Curso de Aperfeiçoamento Jurídico e Gerencial para Magistrados (CJUR), módulo “Numopede e o Abuso do Direito de Ação”, na modalidade à distância, e em parceria com a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef).

DEPÓSITOS JUDICIAIS

A implantação do Sistema Informatizado para Controle de Depósitos Judiciais (Siscondj-Depox), para emissão de alvarás judiciais por meio eletrônico, foi outra conquista inovadora desta gestão. Iniciada em setembro de 2018 como um projeto piloto em nove unidades judiciárias da Comarca de Belo Horizonte, a iniciativa consolidou-se e expandiu-se.

Em maio de 2020, a ferramenta já estava presente em 121 unidades judiciárias da capital mineira.

Em 2019, foram assinados 7.658 alvarás eletrônicos por meio da ferramenta.

A medida traz total transparência às relações com os jurisdicionados e dispensa a presença deles nos guichês de atendimento do foro. Outro ponto relevante é a maior segurança aos magistrados na expedição desses alvarás.

DIGITALIZAÇÃO E TRIAGEM DE PROCESSOS

Uma economia de cerca de R\$ 800 mil para o TJMG, todos os meses. Esse é um dos saldos da implementação do JPe-Themis (Processo Eletrônico da Segunda Instância) para os *habeas corpus* criminais e medidas urgentes no plantão.

O projeto de digitalização de recursos cíveis oriundos de comarcas que já têm o Processo Judicial eletrônico (PJe), iniciado em março de 2018, é mais um passo na eliminação do papel e na total informatização da Justiça.

A iniciativa está associada à triagem prévia, que, feita a distribuição, identifica os recursos que não atendem os pressupostos objetivos de admissibilidade. São excluídas da triagem as medidas urgentes.



A triagem prévia facilita e apressa os julgamentos



A digitalização de processos é mais um passo para a total informatização da Justiça

Ambos os projetos conferem segurança aos atos e facilitam o acesso ao processo judicial e sua movimentação de qualquer lugar do País.

RECURSOS ESPECIAIS

O Judiciário mineiro, nesta gestão, implantou ainda um novo procedimento de remessa de recursos especiais ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A inovação consiste no uso de arquivos XML (*extensible markup language*) para geração de dados, que são transferidos por meio de integração entre sistemas das duas cortes. A sistemática entrou em funcionamento em setembro de 2019.

EXECUÇÃO FISCAL EFICIENTE

Noventa e cinco municípios já aderiram ao projeto Execução Fiscal Eficiente do TJMG, iniciativa que visa a diminuir a entrada no Judiciário de novas ações de execução fiscal de pequeno valor que sejam de autoria do estado ou dos municípios e dar vazão ao acervo de executivos fiscais.

Graças ao projeto, a quantidade de feitos ativos de execução fiscal municipal vem caindo. Em 31 de dezembro de 2018, esse número era de 325.246; em 31 de dezembro de 2019, 287.008. Apenas três meses depois, em 31 de março de 2020, já havia caído para 285.435.



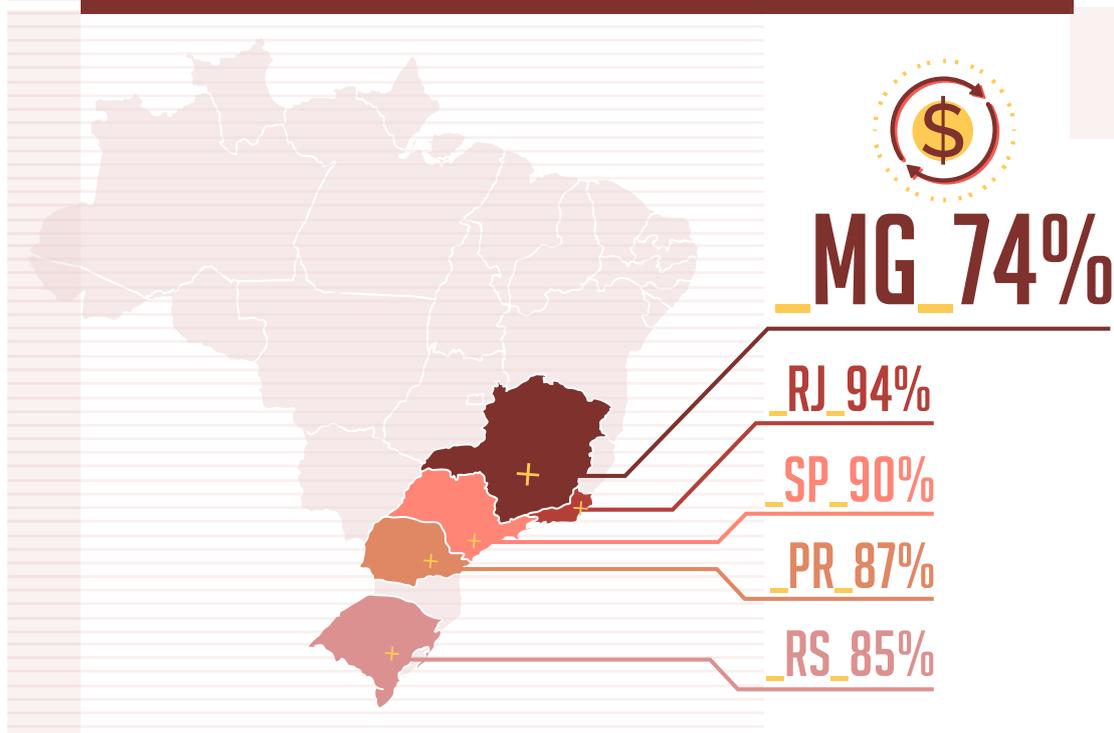
A execução fiscal é o procedimento para cobrança judicial de valores devidos pelo cidadão ao poder público, referentes a dívidas de impostos. O número de processos dessa natureza tem grande impacto no volume de ações em tramitação em todo o País.

Com o crescimento de adesões ao programa, o TJMG criou, nesta gestão, um sistema de informática para gerenciar a situação dos diversos municípios em todo o estado.

De acordo com o relatório estatístico *Justiça em Números 2019*, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o TJMG apresentou, em 2018, o menor número de execuções fiscais pendentes entre as cortes estaduais de maior porte do País.

O TJMG também foi referência no anuário, entre os cinco maiores tribunais estaduais, no que se refere à taxa de congestionamento na execução fiscal, com um percentual de 74%, abaixo dos Tribunais do Rio Grande do Sul (85%), Paraná (87%), São Paulo (90%) e Rio de Janeiro (94%).

TAXA DE CONGESTIONAMENTO NA EXECUÇÃO FISCAL



EXPANSÃO DO SEEU

Os presos em todas as 297 comarcas de Minas Gerais são, hoje, acompanhados pelo Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), em tempo real. A expansão do sistema foi uma das conquistas desta gestão.

Em 27 de março de 2020, havia um acervo total de 177.004 execuções penais em andamento na ferramenta.

O SEEU surgiu com o objetivo de viabilizar a apreciação tempestiva dos benefícios prisionais, como progressão de regime, livramento condicional, comutação e indulto, permitindo a automatização dos cálculos para a concessão dos benefícios.

Em agosto de 2018, o TJMG criou o Comitê Técnico Gestor do SEEU, formado por diversas instituições ligadas ao sistema de Justiça e Segurança Pública, com o objetivo de aprimorar a ferramenta.

Tornando-se referência no uso do sistema, o TJMG recebeu comitiva do Tribunal de Justiça de São Paulo, que foi até a Comarca de Ribeirão das Neves, em abril de 2019, para conhecer o funcionamento da ferramenta.

Além disso, o êxito da experiência em Minas resultou em convites a magistrados do Judiciário mineiro para apoiar a implantação do SEEU nos Tribunais de Justiça do Espírito Santo (TJES) e da Bahia (TJBA), iniciadas, respectivamente, em novembro e dezembro de 2018.

No exercício de seu papel de **liderança no apoio à expansão do sistema**, em todo o País, o Judiciário mineiro também contribuiu para a conclusão da implantação do SEEU no Tribunal Regional Federal 2ª Região (TRF-2).

ALVARÁ DE SOLTURA ELETRÔNICO

Nesta gestão, destaca-se ainda o fato de o Sistema de Expedição do Alvará de Soltura Eletrônico (ASE) ter chegado a todas as 297 comarcas mineiras. De 1º de julho de 2018 a 27 de março de 2020, foram emitidos 114.692 alvarás dessa natureza.

A iniciativa proporcionou agilidade e economia na prestação jurisdicional, mediante o cumprimento imediato das ordens de soltura e a comunicação imediata e concomitante com a unidade de registro de impedimento (URI) e a unidade custodiante (UC).



FORTALECIMENTO DAS APACS

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) anunciou, em julho de 2019, a liberação de cerca de R\$ 10,7 milhões para a construção, reforma e ampliação de 19 Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apacs). Outros R\$ 2,3 milhões foram destinados para apoio logístico e aquisição ou modernização de oficinas de trabalho profissionalizante de 42 unidades da associação.

Atuando como importante disseminador e fortalecedor das Apacs, o TJMG não apenas investiu recursos na metodologia apaquiana, por meio da destinação de verbas de penas pecuniárias, como também apresentou o modelo humanizado de execução da pena a diversas autoridades brasileiras.

APACS EM MINAS GERAIS: 6 NOVAS UNIDADES DESDE 2018

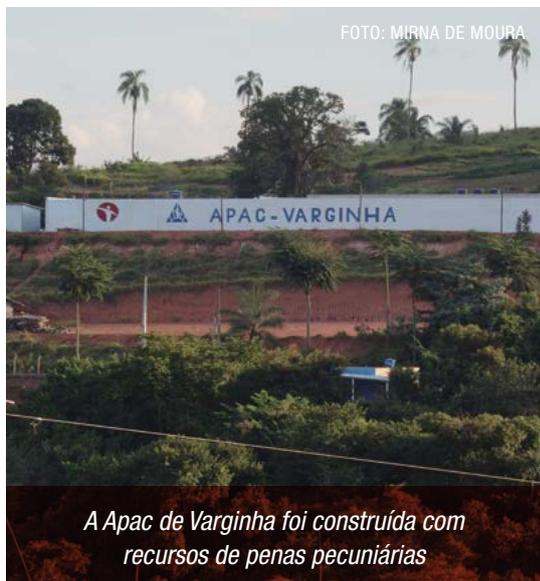


+
560 NOVAS VAGAS
em Frutal, Conselheiro Lafaiete, Varginha, Manhumirim, Itabirito e BH

+
739 NOVAS VAGAS CRIADAS COM RECURSOS DE PENAS PECUNIÁRIAS
432 dessas novas vagas estão em Apacs que já firmaram aditivo com o estado.

+ 680 NOVAS VAGAS EM APACS EM CONSTRUÇÃO

+ em Conceição das Alagoas, Divinópolis, Guanhães, Itabira, Montes Claros e Visconde do Rio Branco. **+**



A Apac de Varginha foi construída com recursos de penas pecuniárias

Entre as unidades inauguradas, destaca-se a Apac Juvenil de Frutal, em que será desenvolvido o projeto piloto de aplicação da metodologia apaquiana para a recuperação de menores em conflito com a lei.

Inaugurada em outubro de 2019, ela foi inteiramente custeada pelo Poder Judiciário local com verbas de prestações pecuniárias.



Coral de recuperandas da Apac de Conselheiro Lafaiete se apresenta durante a inauguração da unidade

Com o apoio do Judiciário mineiro, seis novas Apacs foram instaladas no estado, desde 2018, fazendo com que Minas passasse a contar com 37 unidades. As comarcas contempladas foram as de Frutal, Conselheiro Lafaiete, Varginha, Manhumirim, Itabirito e Belo Horizonte. Juntas, elas representaram 560 novas vagas em Apacs.

Os recursos de penas pecuniárias também permitiram a abertura de mais 739 novas vagas em diversas unidades — 432 dessas vagas em Apacs que já firmaram aditivo com o estado, para receber recuperandos.



Presidente Nelson Missias no evento de inauguração da Apac

Esta gestão impulsionou ainda a instalação da Apac feminina de Belo Horizonte, a primeira em uma capital brasileira.

A unidade, inaugurada em dezembro de 2019, tem capacidade para abrigar 142 recuperandas em cumprimento de pena nos regimes fechado e semiaberto.

VISITAS HISTÓRICAS

Em janeiro de 2019, o governador de Minas, Romeu Zema, em sua primeira viagem após a posse, visitou a Apac de Itaúna, a convite da Presidência do Tribunal mineiro, quando assumiu o compromisso de duplicar o número de vagas nas unidades da associação até o final de seu governo.

Outra visita histórica a uma Apac aconteceu em março de 2019, quando cinco governadores das regiões Sudeste e Sul do País, acompanhados do presidente Nelson Missias e do governador Romeu Zema, foram conhecer a metodologia alternativa de recuperação de condenados.

A visita à unidade localizada na Comarca de Santa Luzia reuniu os governadores João Doria (São Paulo), Wilson Witzel (Rio de Janeiro), Renato Casagrande (Espírito Santo), Carlos Moisés (Santa Catarina) e Eduardo Leite (Rio Grande do Sul).

Também marcante para a trajetória da Apac em Minas foi a visita do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, à unidade de Nova Lima, em 28 de junho de 2019, acompanhado do presidente Nelson Missias, da ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia e de uma comitiva de senadores e deputados federais, entre outras autoridades.

A experiência exitosa foi reconhecida também pelo então ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, que esteve na Apac de Santa Luzia, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), em março de 2019.

Em agosto, uma comitiva italiana liderada pelo juiz de execução penal Simone Luerti, do Tribunal de Milão, visitou o TJMG e a Apac de Itaúna. O magistrado veio a Minas depois de tomar conhecimento do projeto em um seminário realizado em Rimini e em uma exposição em Milão, na Itália.



O governador Romeu Zema em visita à Apac de Itaúna, em janeiro de 2019

GESTÃO DE PRECATÓRIOS

Uma inovação em desenvolvimento nesta gestão, com o apoio da Presidência do TJMG, proporcionará ao processamento dos precatórios mais transparência, agilidade e segurança da informação. Trata-se do sistema de precatórios eletrônicos. Em abril de 2020, encontrava-se em fase final de desenvolvimento o módulo do ofício precatório eletrônico, que já estava adaptado com todas as inovações trazidas pela Resolução 303, de 19 de dezembro de 2019.

A ideia é otimizar a expedição de precatórios, facilitando o preenchimento do ofício precatório, minimizando erros, retrabalhos e devoluções devido a irregularidades no seu preenchimento ou por falta de documentação.

Além de propiciar uma prestação jurisdicional mais célere, a novidade irá representar economia para o Tribunal, com a redução de custos com papel, capas, etiquetas e grampos; eliminará etapas de trabalho, como a autuação física dos ofícios precatórios, permitindo melhor aproveitamento dos recursos humanos; e viabilizará o teletrabalho nos setores de precatórios, pois o novo sistema estará disponível em uma plataforma *online*.

PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

O diálogo permanente do Judiciário mineiro com o Estado de Minas Gerais permitiu o repasse de mais de R\$ 1,2 bilhão — R\$ 1.212.256.506,55 — por parte do estado, entre 2018 e 2020.

De janeiro a abril de 2020, ingressaram R\$ 277.395.585,45 para pagamento de créditos da ordem cronológica, com prioridade para aqueles relativos às superpreferências: idosos, doentes graves e portadores de deficiência.

Os entes municipais e a União repassaram, no mesmo período, R\$ 644.812.489,42 para pagamento de seus precatórios, inclusive para os créditos da ordem cronológica e os preferenciais, que contam com R\$ 88.533.779,16 repassados.

O recurso de R\$ 1.290.146.109,71 teve utilização para pagamento de 12.948 precatórios, destinados a 17.255 beneficiários.

Além disso, o TJMG, no papel constitucional de gestor das contas no regime especial, executou a transferência de cerca de R\$ 55 milhões, distribuídos para o Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais (TJMMG), o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, para pagamento de precatórios devidos em Minas Gerais.

No período de gestão da atual Presidência, foram encerrados (arquivados) 4.829 precatórios, em uma demonstração do esforço do setor de precatórios na liberação de créditos oriundos de demandas judiciais represadas ao longo dos anos.

GESTÃO DE PRECEDENTES

Na atual gestão, foram aprovados no Órgão Especial do TJMG 25 novos enunciados de súmula, já publicados e numerados. Todos os julgamentos e aprovações ocorreram no ano de 2019. Atualmente, são 73 — nesta gestão, foram aprovadas as súmulas 49 a 73. Até abril de 2020, encontravam-se em tramitação outros quatro anteprojetos dessa natureza.

Também com foco na gestão de precedentes, o Núcleo de Apoio à Gestão de Gabinetes e à Elaboração de Enunciados de Súmula (Nees) ministrou, em parceria com a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), os treinamentos “Padronização de Acórdãos de Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs) e Incidentes de Assunção de Competência (IACs)” e “Elaboração de Ementas Jurisprudenciais”.

Outro curso foi o “Padronização e Estruturação de Acórdãos TJMG”. As capacitações atenderam a diversas turmas de participantes entre o público interno do TJMG. Ao todo, foram realizados 28 treinamentos, no período.

25

**NOVOS ENUNCIADOS DE
SÚMULA PUBLICADOS,
NUMERADOS E APROVADOS
NO ÓRGÃO ESPECIAL DO TJMG**



Todos os julgamentos e aprovações ocorreram em 2019.



**SÚMULAS APROVADAS:
49 A 73**

Outros 4 anteprojetos dessa natureza em tramitação (até abr/20).



O presidente do STJ, ministro João Otávio de Noronha, foi recebido pela direção do TJMG

FOTO: MIRNA DE MOURA



FOTO: MIRNA DE MOURA

A Revista de Precedentes Qualificados foi lançada em outubro de 2019

REVISTA DE PRECEDENTES QUALIFICADOS

Em outubro de 2019, o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep) lançou a primeira edição da *Revista de Precedentes Qualificados do Tribunal de Justiça de Minas Gerais*, organizada pela 1ª Vice-Presidência, com apoio da Presidência e da 2ª Vice-Presidência da Casa. Foram lançadas uma versão impressa e uma versão eletrônica da revista — esta última, disponível na biblioteca digital da Casa.

A publicação é uma coletânea de acórdãos de IRDRs, de IACs, de grupos de representativos enviados ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e de súmulas do TJMG.

Sua edição é uma estratégia para difundir as soluções dadas a controvérsias relevantes.

HUMANIZAÇÃO DA SAÚDE

Esta gestão trouxe mudança na forma de elaboração de notas ou respostas técnicas que auxiliam os juízes em decisões liminares relacionadas à saúde suplementar. Esses pareceres passaram a ser elaborados pelo Núcleo de Apoio Técnico ao Judiciário (NAT-JUS). A novidade surgiu em 2019.

Composto por médicos do próprio TJMG, sob a responsabilidade e coordenação da Corregedoria-Geral de Justiça (CGJ), o NAT-JUS já era o responsável pela elaboração desses documentos técnicos em pedidos relacionados à saúde pública. Nesta gestão, em prol da humanização da saúde, houve ainda o esforço de ressaltar, para os juízes, a autonomia deles para decidir diante dessas liminares, podendo as notas técnicas ser ou não consultadas, a critério do magistrado, no caso de eventuais dúvidas.

INFÂNCIA E JUVENTUDE

O TJMG, por meio de sua Coordenadoria da Infância e da Juventude (Coinj), empreendeu avanços diversos no campo da infância e da juventude. Entre outras iniciativas, nasceram a campanha Semana da Adoção, o programa Aparinhar, o programa Entrega Legal e a primeira edição do programa “TJ com a Comunidade”.

Nesta gestão, celebrou-se também a regulamentação, ocorrida em 2019, do funcionamento do depoimento especial na Primeira Instância — a escuta especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência — e a implementação das salas para a tomada desses relatos.

Para dar impulso às medidas, foram capacitados magistrados, psicólogos e assistentes sociais e foi fortalecida a integração do Judiciário na rede de proteção à infância e à juventude.

Além disso, reuniões periódicas com representantes das Secretarias Estadual e Municipal de

Educação, Saúde e Assistência Social, com o Conselho Tutelar e as Polícias buscaram estabelecer fluxos mais eficientes tanto nos casos de vítimas de violência como na recuperação de adolescentes infratores.

Em agosto de 2019, o TJMG, por meio da Coinj, assinou convênio com o Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) para aderir ao aplicativo A.dot, que tem por objetivo ampliar as possibilidades de adoção tardia.

A plataforma promove o contato entre os pretendentes já habilitados e os menores de idade que têm pouca chance de serem adotados por famílias brasileiras (crianças acima de 7 anos, grupos de irmãos e portadores de deficiência física ou mental).

Nesta gestão, iniciou-se também o desenvolvimento de projeto piloto para emissão eletrônica dos mandados de busca e apreensão e dos alvarás de desinternação de menores infratores, e um sistema *online* de vagas no sistema socioeducativo começou a ser gestado, em negociação com o estado.

Foram realizadas, ainda, a 5ª e a 6ª Cantatas de Natal do TJMG, respectivamente, em dezembro de 2018 e dezembro de 2019, levando o talento de crianças, adolescentes e jovens do Coral Infantojuvenil e da Orquestra Jovem do TJMG às escadarias e janelas da sede histórica do Palácio da Justiça, no coração da capital mineira. Ambos os grupos protagonizaram inúmeras outras apresentações em prédios do próprio Tribunal e outros espaços.



Coral Infantojuvenil Orquestra Jovem do TJMG, durante a Cantata de Natal de 2019

Ações de responsabilidade social bem-sucedidas e consolidadas, mas sempre em evolução, a Orquestra Jovem e o Coral Infantojuvenil passaram por reformulação em seu funcionamento, em especial quanto ao recrutamento dos jovens.

ADOÇÃO

Para sensibilizar a população quanto à importância da adoção, principalmente de crianças com mais de 3 anos de idade, a Coinj organizou caminhada, em parceria com o Grupo de Apoio à Adoção de Belo Horizonte (GAA/BH) e o Grupo de Apoio à Adoção de Santa Luiza (Gada), e com apoio da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL/BH), da Fundação CDL Pró-Criança, do Minas Tênis Clube e da Polícia Militar de Minas Gerais.

Além disso, a coordenadoria organizou o Seminário de Adoção Tardia, voltado para servidores interessados no tema, organizações não governamentais, gestores de entidades de acolhimento, conselheiros tutelares e pretendentes à adoção de Belo Horizonte e Região Metropolitana.

Durante o seminário, o TJMG apoiou o lançamento da campanha Apadrinhar, com o objetivo de criar laços de afeto entre a sociedade e as crianças e os adolescentes que vivem em casas de acolhimento institucional ou familiar e estão na expectativa de reinserção familiar ou de adoção.



Coinj, com o apoio de parceiros, realizou a 1ª Caminhada da Adoção, na Praça da Liberdade

ENTREGA LEGAL

O Entrega Legal, ação estratégica do TJMG, foi lançado em outubro de 2019, com o objetivo de conscientizar a sociedade sobre a legalidade da entrega voluntária das crianças pelos seus genitores à Justiça da Infância e da Juventude, para adoção.

A iniciativa envolve uma rede de parceiros, capitaneada pela Coinj, onde figuram ainda as Secretarias de Estado de Saúde e de Desenvolvimento Social, as Secretarias Municipais de Saúde e de Assistência Social e instituições religiosas.

TJ COM A COMUNIDADE

Em 13 de outubro de 2019, a Praça do Cardoso, no Aglomerado da Serra, na capital, recebeu a primeira edição do “TJ com a Comunidade”, ação que teve por objetivo aproximar a instituição da comunidade, contribuir para a redução da desigualdade social, oferecer maior acessibilidade social e ampliar o exercício da cidadania.

Durante o evento, a população local teve acesso a serviços diversos, como emissão de documentos pessoais, corte de cabelo, atendimento socioassistencial e do Centro de Reconhecimento de Paternidade do TJMG, entre outros. O dia foi marcado ainda por diversas apresentações culturais e outras atividades focadas no público infantojuvenil.



FOTO: MIRNA DE MOURA

A primeira edição do TJ com a Comunidade aconteceu no Aglomerado da Serra

JUIZADOS ESPECIAIS

Espaço democrático e desburocratizado de acesso ao Judiciário, os Juizados Especiais em Minas se destacaram nas duas edições da campanha nacional de estímulo à autocomposição na resolução de conflitos.

Durante a 14ª Semana Nacional da Conciliação, foram agendadas 9.817 audiências no interior e 2.265 na capital. O total de audiências realizadas foi de 7.636 (interior) e 1.785 (capital), com 2.091 (27,38%) e 481 (26,95%) acordos homologados, respectivamente.

Já na 15ª Semana Nacional da Conciliação, foram 8.332 audiências agendadas no interior e 2.165 na capital, com a realização de 6.580 e 1.818, respectivamente. Os acordos alcançados foram 1.750 (26,60%) no interior e 615 (33,83%) na capital.

Ao longo desta gestão, foram formalizados convênios com as empresas Sky, Samsung, Faculdade Pitágoras e Mercantil do Brasil, bem como com a Fazenda Pública de Betim, tendo sido, no período de janeiro de 2019 a fevereiro de 2020, homologados 202 acordos em um total de 493 atendimentos realizados.

Em abril de 2019, foi realizado o VII Encontro dos Juízes de Direito das Unidades Jurisdicionais dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais (VII Enjesp), na sede do TJMG.

Como um dos resultados alcançados, figurou a revogação de 11 enunciados aprovados em edições anteriores do encontro.

SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO JUIZADOS ESPECIAIS

14ª EDIÇÃO

CAPITAL	INTERIOR
AUDIÊNCIAS AGENDADAS	
2.265	9.817
AUDIÊNCIAS REALIZADAS	
1.785	7.636
ACORDOS HOMOLOGADOS	
26,95%_481	2.091_27,38%



15ª EDIÇÃO

CAPITAL	INTERIOR
AUDIÊNCIAS AGENDADAS	
2.165	8.332
AUDIÊNCIAS REALIZADAS	
1.818	6.580
ACORDOS HOMOLOGADOS	
33,89%_615	1.750_26,60%

Outra ação de destaque aconteceu durante os jogos da Copa América 2019, quando a Diretoria Executiva de Suporte aos Juizados Especiais prestou apoio à Coordenadoria do Juizado do Torcedor e Grandes Eventos por meio de contato e credenciamento dos intérpretes voluntários, juízes, servidores e motoristas que realizaram plantão nos dias do evento, em junho e julho de 2019.

Entre outras iniciativas, houve a capacitação de atermadores do Sistema dos Juizados Especiais (2.123 participantes, com a aprovação de 1.788) e de conciliadores (em 2019, foram ofertadas 84 vagas, atendendo a sete comarcas; até abril de 2020, mais 92 vagas, atendendo a 14 comarcas).

Foi ainda padronizada a nomenclatura dos Juizados Especiais do interior nos sistemas PJe e Sistema de Informatização dos Serviços das Comarcas (Siscom) e foram consolidados os atos normativos do Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais em um Código de Normas, cuja minuta foi finalizada em março de 2020 e encaminhada para análise da Presidência da Casa.

JUÍZES LEIGOS

Nesta gestão, foi realizada nova seleção pública para formação de cadastro de reserva de juízes leigos. A ação, iniciada em outubro de 2019, teve 4.047 candidatos com inscrições aceitas. O concurso foi homologado em março de 2020. Visando à valorização desses profissionais, o TJMG aumentou em 20% a retribuição pecuniária paga a eles.





Ferramenta desenvolvida pela Dirfor permitiu julgamento massivo de processos

JULGAMENTO VIRTUAL

Uma tecnologia desenvolvida pela Diretoria Executiva de Informática do Tribunal mineiro, nesta gestão, representou importante medida para dar mais celeridade e segurança jurídica à prestação jurisdicional.

Em novembro de 2018, graças à ferramenta, batizada de Radar, a 8ª Câmara Cível do TJMG realizou o julgamento massivo de 280 processos, procedimento até então inédito no Poder Judiciário brasileiro.

O Radar, desenvolvido como uma funcionalidade do sistema Themis, permite a identificação e o acompanhamento de processos que têm caráter repetitivo. Após a indexação, o processo é distribuído e encaminhado ao juiz natural da ação ou a um dos gabinetes na Segunda Instância.

A plataforma permite fazer buscas inteligentes por palavra-chave, data de distribuição, órgão julgador, magistrado, parte, advogado e outras demandas de que os julgadores necessitem.

Incluindo processos que correm em segredo de justiça, em 28 de abril de 2020 havia aproximadamente 8,6 milhões de processos indexados na plataforma. Entre as várias aplicabilidades, os magistrados também poderão verificar casos repetitivos no acervo da comarca, agrupá-los e julgá-los conjuntamente a partir de uma decisão paradigma.

MÊS NACIONAL DO JÚRI

O Judiciário mineiro aderiu e destacou-se durante as duas edições do Mês Nacional do Júri realizadas nesta gestão. Na edição de 2018, durante os 30 dias de duração da mobilização, o TJMG concluiu 391 júris, uma média de 21 por dia útil. Foi o melhor desempenho entre os tribunais de grande porte do País, respondendo por 11% do total realizado.

O estado sagrou-se ainda por ter tido a maior adesão de juízes à campanha, com 179 magistrados em atuação durante o esforço concentrado. O número de servidores foi de 641.

Em novembro de 2019, novamente o Judiciário mineiro se mobilizou para a iniciativa e o número de júris populares foi ainda maior: 479, com 389 condenações e 176 absolvições.

JULGAMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA MÊS NACIONAL DO JÚRI/2018

391 JÚRIS CONCLUÍDOS
média: 21 por dia útil



O TJMG
concluiu
(sozinho) **11%** de toda a
campanha
nacional.



MELHOR DESEMPENHO ENTRE OS
TRIBUNAIS DE GRANDE PORTE DO PAÍS.



MODERNIZAÇÃO DAS INTIMAÇÕES

No biênio, a 1ª Vice-Presidência do TJMG assinou termos de ajustes com as procuradorias dos Municípios de Ribeirão das Neves, Uberlândia e Sete Lagoas para dar cumprimento ao §1º do art. 183 do Código de Processo Civil (CPC), quanto à intimação pessoal do procurador do município das decisões e despachos proferidos nos processos judiciais.

Para facilitar essas intimações pessoais, o Tribunal mineiro deu início à conversão gradual de processos físicos, em tramitação na Segunda instância, para o formato eletrônico. Outra novidade foi a intimação mediante a utilização do aplicativo WhatsApp. As intimações são enviadas do aplicativo de mensagens instalado em celulares fornecidos pelo TJMG às unidades judiciárias, exclusivamente para essa finalidade.

MUTIRÃO CARCERÁRIO

Em uma iniciativa ambiciosa, que visou a verificar a situação jurídica de cada pessoa recolhida em estabelecimento prisional em Minas Gerais, o TJMG realizou nesta gestão um mutirão carcerário, que se estendeu de maio a agosto de 2019.

O relatório final do esforço concentrado, apresentado em solenidade na sede do TJMG, em 20 de agosto de 2019, mostrou que naquele momento havia, em Minas Gerais, 21.658 presos provisórios (aqueles que ainda não foram condenados ou que recorrem para instâncias superiores) e outros 52.626 cumprindo pena.

Como desdobramentos do mutirão, além da apuração dos números, foi criada uma secretaria anexa à Vara de Execuções Penais da capital mineira para o cadastro das guias e exame de eventual benefício vencido.

Foram emitidas 5.338 guias
pela secretaria no período.

O grupo de trabalho realizou exame detalhado da situação dos presídios, a fim de avaliar a necessidade de implementar uma política prisional de concessão excepcional de prisão domiciliar. Foram concedidas 772 liberdades a sentenciados em regime semiaberto, diante da ausência de vagas no sistema.

Houve concessão de diversas progressões, livramentos condicionais e extinções de pena, todas com respaldo na legislação criminal, invertendo-se a relação de ingresso e saída de presos nas unidades prisionais mineiras. As audiências de custódia foram estendidas a todas as comarcas, com aumento significativo do número de audiências realizadas.

Outras iniciativas sugeridas indicaram o fortalecimento das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apacs) e a expansão do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), das audiências de custódia, do alvará eletrônico e do monitoramento eletrônico.

A iniciativa envolveu a atuação do programa Novos Rumos do TJMG, do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, da Presidência do TJMG, da Corregedoria-Geral de Justiça e de juízes criminais atuantes em diversas comarcas mineiras.



FOTO: ROBERT LEAL

Resultados do Mutirão Carcerário foram apresentados a autoridades dos três Poderes

MUTIRÃO DE BAIXAS E JULGAMENTOS

Em toda Minas Gerais, entre maio de 2019 e janeiro de 2020, foram baixados 14.285 processos que se enquadravam em alguma das 13 hipóteses definidas pela Corregedoria-Geral de Justiça (CGJ), representando uma redução de 42% no acervo apurado inicialmente — de 34.003, caiu para 19.718.

Também foram julgados 3.644 processos criminais que estavam aptos ao reconhecimento da extinção da punibilidade, em razão do falecimento do acusado ou imputado como autor do fato, de acordo com lista de eleitores falecidos fornecida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG). Isso representou uma redução de 37% no acervo apurado inicialmente — o número de processos diminuiu de 9.743 para 6.099.

PRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS

A pandemia da covid-19 recebeu do TJMG respostas rápidas e corajosas. Uma delas foi tomada em 23 março de 2020, quando o Judiciário mineiro decidiu que, durante o período de calamidade, os recursos provenientes das prestações pecuniárias seriam creditados em conta única e aplicados prioritariamente no combate à doença.

Até 8 de maio de 2020, o Judiciário mineiro já havia transferido mais de R\$ 8,6 milhões para a aquisição de materiais, equipamentos médicos, serviços e outros insumos necessários para auxiliar no trabalho de prevenção do contágio e atendimento aos infectados.

Parte desse recurso — R\$ 982 mil — foi disponibilizado, ainda em 27 de março, para a compra de 40 mil litros de álcool em gel, que foram distribuídos a agentes penitenciários, à população carcerária e ao Corpo de Bombeiros de Minas Gerais.

Esta gestão também priorizou o uso de verbas das penas pecuniárias para a expansão e o fortalecimento das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apacs) em Minas, ao anunciar, em julho de 2019, a liberação de cerca de R\$ 10,7 milhões para a construção, reforma e ampliação de 19 unidades da Apac. Outros R\$ 2,3 milhões foram destinados ao apoio logístico para aquisição ou modernização de oficinas de trabalho profissionalizantes nas associações.

Nas diversas comarcas mineiras, ao longo dos dois anos de gestão, os recursos oriundos das penas pecuniárias receberam também destinações diversas.

PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

Esta gestão será marcada por uma importante conquista: mais de 3,1 milhões de feitos distribuídos no Processo Judicial eletrônico (PJe). O número representa quase a metade de todo o acervo de processos em trâmite hoje na Justiça estadual em Minas.

Implantado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) como um projeto piloto nas Varas Regionais do Barreiro, em Belo Horizonte, ainda em 2012, o PJe começou de maneira tímida, mas rompendo a sólida cultura do papel.

Em 1º de julho de 2018, quando se iniciou esta gestão, o sistema estava instalado em apenas 12% das comarcas do estado. Mas a aceleração de sua implantação nas diversas varas das comarcas mineiras foi um compromisso que a Presidência assumiu, ainda em sua posse.

A promessa foi cumprida, e hoje o Judiciário mineiro pode celebrar o fato de o PJe já se

encontrar implantado em todas as unidades judiciárias de competência cível e nos Juizados Especiais das 297 comarcas mineiras — a Comarca de Jaíba, instalada em janeiro de 2020, já nasceu dotada do sistema.

O PJe foi implantando no período em 237 comarcas, 334 varas da Justiça comum de Primeira Instância, 87 unidades jurisdicionais do sistema dos Juizados Especiais, 46 turmas recursais, mais a Turma Recursal Temporária de Caratinga e Inhapim, 211 Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) e na Central de Flagrantes (Ceflag), para os comunicados de prisão em flagrante delito (CPFD).

Até abril de 2020, o PJe já contava com mais de 245 mil usuários externos e cerca de 14.550 usuários internos. Além da capacitação dos usuários internos e do suporte presencial a 50 comarcas, nesta gestão foram ainda implementadas várias melhorias no sistema.

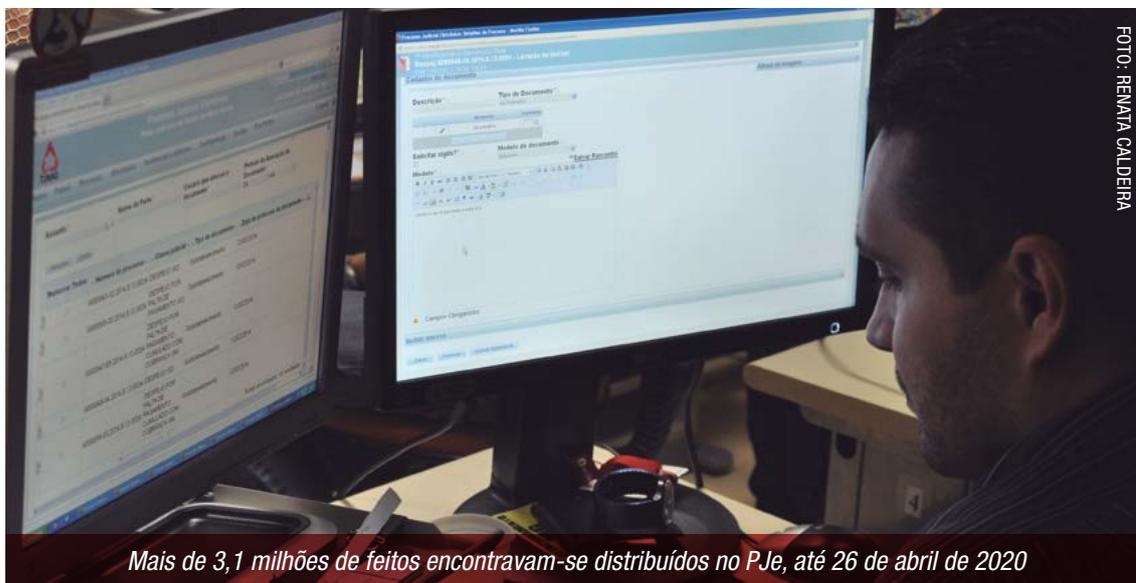
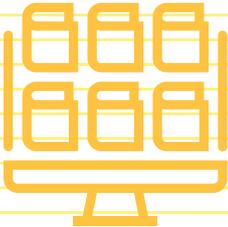


FOTO: RENATA CALDEIRA

Mais de 3,1 milhões de feitos encontravam-se distribuídos no PJe, até 26 de abril de 2020

CRESCIMENTO DO NÚMERO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDO NO PJE A PARTIR DE 2012:

	2012	29	
	2013	261	
	2014	16.679	
	2015	248.716	
	2016	692.422	
	2017	1.187.843	
	2018	1.764.042	
	2019	2.547.924	
	ATÉ 26/4/20	3.180.806	

NÚMEROS DO PJE ATÉ 26 DE ABRIL DE 2020:

Jurisdições	297
Órgãos julgadores	1.042
Processos distribuídos	3.180.806
Processos distribuídos no Juizado Especial	435.956
Processos arquivados definitivamente	1.391.239
Documentos armazenados no repositório de arquivos	96.354.166
Sentenças prolatadas	1.260.800

PJE CRIMINAL

O Judiciário estadual mineiro também avançou, nesta gestão, no projeto para implantação do Processo Judicial eletrônico criminal (PJe criminal), inteiramente desenvolvido pelas equipes da Diretoria de Informática e da Corregedoria-Geral de Justiça, com o uso do modelo nacional de interoperabilidade (MNI), no procedimento ordinário. Para o projeto piloto, foi escolhida a 2ª Vara Criminal da capital, onde o projeto piloto foi inaugurado em 1º de junho de 2020.

SISTEMAS DIVERSOS

O PJe foi um dos destaques entre os sistemas judiciais e soluções tecnológicas implementados na gestão, mas diversos outros foram introduzidos ou aperfeiçoados, também por meio da Diretoria Executiva de Informática (Dirfor) do TJMG.

Destaca-se que o Portal de Serviços de Informática da Casa realizou quase 400 mil atendimentos e emitiu 8.112 certificados digitais.

PROGRAMA PAI-PJ

O Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental (PAI-PJ), um dos braços de atuação do programa Novos Rumos do TJMG, completou, em março de 2020, duas décadas de existência.

Nesta gestão do TJMG, a iniciativa foi fortalecida. Além de ganhar sede própria para o acolhimento dos pacientes e mais três carros para atender suas demandas, o PAI-PJ abriu edital para a contratação de 15 estagiários de pós-graduação das áreas de Assistência Social, Psicologia e Direito.

Com essa ação, o Núcleo Regional Belo Horizonte, que acompanha 677 casos da Região Metropolitana, além de 43 casos novos em avaliação, passou a contar com 12 equipes interdisciplinares. O programa ganhou ainda uma equipe

para atenção aos casos dos adolescentes em situação de sofrimento psíquico encaminhados pelo Juizado da Infância e da Juventude.

Também nesta gestão, o PAI-PJ passou a contar com um médico psiquiatra exclusivo, servidor do TJMG, e médicos residentes em Psiquiatria para a realização de exames de cessação de periculosidade por meio de convênio firmado com o Hospital Municipal Odilon Behrens.

Em 2018, foi dada continuidade à publicação da revista *Responsabilidades*, interrompida em agosto de 2014. Em dezembro de 2018, foi publicado no Portal do TJMG o volume 4, número 2 da obra. Em abril de 2020, dois números da revista encontravam-se em processo de publicação.

Já em 2019, o PAI-PJ passou a integrar o grupo de trabalho (GT) das audiências de custódia e o GT sobre o portador de sofrimento psíquico no sistema prisional, a partir de uma iniciativa do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário.

Ao longo desta gestão, foram realizadas sessões clínicas, ateliês de construção de casos e seminários internos e foi inaugurado o Núcleo de Verificação do Potencial de Sociabilidade, com a chegada de um médico psiquiatra à equipe do programa, para a realização de perícias de cessação de periculosidade dos pacientes judiciários. De maio de 2019 a abril de 2020, foram realizadas 54 perícias.

Além disso, a partir de fevereiro de 2020, o PAI-PJ passou a oferecer diariamente sua metodologia para a articulação da rede de saúde mental às audiências de custódia. A equipe do programa avalia e encaminha para o devido tratamento as pessoas que se apresentarem em situação de sofrimento psíquico por ocasião da audiência.

No final de 2018, a equipe multidisciplinar do programa acompanhava 915 pacientes judiciários no Estado de Minas Gerais. Já em abril de 2020, esse número aumentou para 988.

O PAI-PJ está estruturado em núcleos regionais, com sede na capital, onde se localizam o Núcleo Supervisor, que atua no estado, supervisionando e fornecendo orientação metodológica às equipes dos núcleos regionais, e o Núcleo Regional Belo Horizonte, que acompanha os pacientes judiciários da capital e Região Metropolitana.

Ao longo do biênio 2018/2020, estiveram em funcionamento no interior do estado os Núcleos Regionais de Governador Valadares, Teófilo Otoni, Itaúna, Barbacena, Juiz de Fora e Alfenas.



PROGRAMA PONTUALIDADE

Um total de 36.916 sentenças e decisões prolatadas, 1.509 despachos proferidos e 1.292 audiências realizadas, perfazendo aproximadamente 38,5 mil atos judiciais, com 142 unidades jurisdicionais atendidas.

Esse é o resultado de uma iniciativa nascida nesta gestão para, de maneira inovadora e eficaz, dar vazão ao acervo de feitos na Justiça estadual mineira: o programa Pontualidade, que se baseia na cooperação de juízes para julgar processos judiciais de forma remota. Os números abrangem o período do início dos trabalhos, em 5 de novembro de 2018, até 28 de abril de 2020.

O Pontualidade privilegia unidades que se encontram sobrecarregadas, com congestionamento ou um acervo volumoso pendente de atos judiciais e de ofício, e para os quais não está prevista a nomeação de magistrados.

Da capital, juízes e assessores designados auxiliam as comarcas na prolação de despachos e decisões.

O magistrado participante também pode intervir, presencialmente, conduzindo audiências e júris e atribuindo tarefas a servidores que atuam em regime de teletrabalho.

INOVAÇÃO NA JUSTIÇA MINEIRA: PROGRAMA PONTUALIDADE 5/NOV/18 ATÉ 28/ABR/20



36.916
sentenças e
decisões prolatadas



1.509
audiências
realizadas



1.292
despachos
proferidos

TOTAL
APROXIMADO: >

38,5 mil
atos judiciais >

142 unidades jurisdicionais
atendidas

PROJETO VIRTUALIZAR

Até 31 de dezembro de 2019, 99,98% dos feitos que dizem respeito às matérias urgentes são analisados e distribuídos, na Segunda Instância, em até 24 horas, e 98,70% dos feitos que dizem respeito às matérias não urgentes são analisados e distribuídos em até 48 horas, após o cadastro e a triagem.

Esses são alguns dos resultados nesta gestão do projeto Virtualizar, iniciativa que surgiu com o objetivo de expandir as classes processuais em tramitação exclusivamente por meio eletrônico, na Segunda Instância, bem como promover a automação dos procedimentos na Central de Taquigrafia.

Importantes avanços foram empreendidos nesse sentido: em abril de 2020, 11 comarcas de grande porte, entre elas a de Belo Horizonte, já se encontram com os recursos que aportam na Segunda Instância sendo digitalizados, passando a tramitar eletronicamente.

Além disso, 80% das notas taquigráficas oriundas das sessões de julgamento que ocorrem na Segunda instância já são agora transcritas, revisadas e remetidas aos desembargadores, no prazo de dois dias úteis, após a solicitação.

RESULTADOS ATÉ 31/DEZ/19 PROJETO VIRTUALIZAR

MATÉRIAS URGENTES

99,98% DOS FEITOS

na 2ª Instância são analisados e distribuídos

EM ATÉ **24H**



MATÉRIAS NÃO URGENTES

98,70% DOS FEITOS

analisados e distribuídos, após o cadastro e triagem,

EM ATÉ **48H**

PROJETO AGILIZAR

O Virtualizar é um dos macroprojetos da Superintendência Judiciária nesta gestão. Outro deles é o projeto Agilizar, que visa à redução do estoque processual e a agilização da tramitação processual por meio da modernização e atualização dos procedimentos cartorários e judiciais.

RECONHECIMENTO FACIAL



Inovação: sistema de reconhecimento facial tornou-se realidade na Justiça estadual mineira

Uma das mais modernas tecnologias desenvolvidas nos últimos tempos, o sistema de reconhecimento facial para identificação de pessoas tornou-se realidade na Justiça estadual mineira, durante esta gestão.

Com a inovação, os sentenciados da Comarca de Belo Horizonte que eram obrigados a comparecer periodicamente ao Fórum Lafayette para informar suas atividades passaram a contar com uma facilidade: podem se apresentar à Justiça em qualquer ponto de atendimento definido pelo Judiciário, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

O sistema de reconhecimento facial utilizado pelo TJMG, chamado FaceJus, foi desenvolvido para a instituição pela empresa Biomtech Soluções em Tecnologia, em parceria com representantes do Instituto Ajudar.

Pelo sistema, a identificação é feita com apresentação de RG ou CPF, além de autenticação no equipamento por meio do reconhecimento facial. É emitido um comprovante de comparecimento.

Até 30/4/20, 7.163 apenados já estavam cadastrados no sistema. O registro fica armazenado em um banco de dados, facilitando a emissão de relatórios para os gestores da ferramenta.

RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE

Iniciativa que estimula o reconhecimento de paternidade, o projeto Paternidade para Todos venceu o X Prêmio Conciliar é Legal, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na categoria “Tribunal de Justiça”. A premiação foi entregue em 18 de fevereiro de 2020, em Brasília.

Bastante disputado, o Prêmio Conciliar é Legal busca identificar, premiar, disseminar e estimular a realização de ações inovadoras do Judiciário que contribuam para a pacificação social e, conseqüentemente, para o aprimoramento da Justiça, por meio do estímulo às práticas de autocomposição.

O projeto Paternidade para Todos surgiu a partir da experiência bem-sucedida do Centro de Reconhecimento de Paternidade (CRP), vinculado à Vara de Registros Públicos de Belo Horizonte. O espaço busca garantir que todo cidadão tenha o nome do pai em sua certidão de nascimento.

De 1º de julho de 2018 a 22 de abril de 2020, graças ao CRP, foram realizados 3.235 reconhecimentos de paternidade e 1.188 agendamentos de exames de DNA.

Nesta gestão, o CRP expandiu seu trabalho, por meio de parcerias e ações itinerantes. Foram realizados quatro eventos itinerantes na capital, atendendo a um total de 151 famílias.

O primeiro CRP Itinerante aconteceu no Espaço Criança Esperança, no Bairro Serra, em 13 de abril de 2018; o segundo e o terceiro, no Hospital Espírita André Luiz, no Bairro Salgado Filho, em 6 de julho de 2018 e 9 de maio de 2019; e o quarto, em um cartório do Barreiro, em 9 de agosto de 2019.



O presidente Nelson Missias recebeu das mãos do ministro Dias Tofoli o X Prêmio Conciliar é Legal



Nesta gestão, foram realizadas quatro edições do CRP Itinerante

EXPANSÃO PARA O INTERIOR

Em 2019, a 3ª Vice-Presidência do TJMG, por meio da Assessoria da Gestão da Inovação (Agin), elaborou um plano de expansão da iniciativa empreendida pelo CRP para o interior do estado. O projeto ganhou então abrangência estadual e foi rebatizado como Paternidade para Todos.

A primeira comarca do interior a ser contemplada com a iniciativa foi a de Santa Luzia, que inaugurou seu Serviço de Reconhecimento de Paternidade (SRP) em fevereiro de 2019.

MATERNIDADE E LAÇOS SOCIOAFETIVOS

Além do reconhecimento de paternidade biológica, o CRP também atua em averiguação de maternidade biológica e paternidade de pai falecido e pai preso, observados alguns critérios.

Também atua no reconhecimento de maternidade e paternidade socioafetiva. Nessa modalidade, o reconhecimento é feito a partir do vínculo de amor constituído entre filho e pais, desde que não haja o nome de um ou outro na certidão.

TAQUIGRAFIA VIRTUAL

A Central de Registro das Sessões de Julgamento e Administrativa (Cerej), antiga Central de Taquigrafia (Cetaq) do TJMG, também recebeu os sopros de modernização que foram marca desta gestão. A informatização do setor conferiu rapidez e segurança aos procedimentos, agilizou a prestação do serviço e melhorou a qualidade de vida dos taquígrafos.

Com o uso da tecnologia, o trabalho dos taquígrafos foi profundamente impactado, em especial no que se refere à transcrição dos áudios gravados nas sessões de julgamento, que passou a ser executada de forma totalmente automatizada.

Durante sessão da 2ª Câmara Cível, em agosto de 2018, foi testada a primeira fase de implantação do sistema, desenvolvido a custo zero pela própria Casa, com o mesmo *software* adotado para as gravações de audiências da Primeira Instância.

Com a novidade, os arquivos de áudio gerados são agora conjugados com as gravações em vídeo, permitindo, assim, a identificação do falante. Esses arquivos são remetidos em tempo real à equipe da taquigrafia, para a transcrição automática por meio da ferramenta Google Speech. O texto gerado é anexado depois ao processo.

SELO DE FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICO

A implantação do selo de fiscalização eletrônico em 100% das serventias do estado, conquistada em 2019, garantiu maior eficiência, agilidade, segurança e autenticidade à prática dos atos notariais e de registro e tornou mais eficaz o controle do recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária (TFJ).

Um total de 1.178 serventias extrajudiciais recebeu a novidade, o que gerou uma economia anual de aproximadamente R\$ 1,7 milhão aos cofres públicos, valor que o TJMG gastava para adquirir selos físicos.

Os serviços de autenticação e reconhecimento de firma nos cartórios extrajudiciais passaram a ser entregues ao cidadão com os selos de

fiscalização eletrônico em 1º de setembro de 2019, inicialmente em 20 serventias.

Em 1º de outubro do mesmo ano, o selo eletrônico foi expandido para os demais serviços notariais e de registro de Minas Gerais. A oficialização da novidade ocorreu em 22 de agosto de 2019, com a assinatura de portarias conjuntas pelo TJMG, por meio da Corregedoria-Geral de Justiça, e pela Secretaria de Estado da Fazenda.

A implantação do selo de fiscalização eletrônico permitiu a inclusão do *QR code* na estampa dos selos, o que facilita a consulta pelo cidadão e traz maior segurança e transparência aos atos praticados.

SISTEMA AUXILIARES DA JUSTIÇA

Um total de 3.641 profissionais, entre peritos, órgãos técnicos ou científicos, tradutores, intérpretes, corretores e leiloeiros públicos, já se encontravam cadastrados no Sistema Eletrônico Auxiliares da Justiça (Sistema AJ) em 28 de abril deste ano.

A ferramenta, em operação desde setembro de 2018, funciona como um banco de dados centralizado e como um mecanismo de gestão para o pagamento de honorários a esses profissionais.

Por meio do sistema, confere-se ao técnico uma credencial para atuar em Minas Gerais como auxiliar da Justiça, mediante cadastramento prévio e atendimento dos requisitos estabelecidos em editais específicos.

Somente após ser habilitado, o interessado pode ser nomeado para atuar, tanto nos processos que tramitam sob o amparo da gratuidade da justiça quanto nos demais feitos.

Auxiliares da Justiça - AJ
Módulo de peritos

CPF/CNPJ:

Senha:

Não sou um robô

reCAPTCHA
Privacidade - Termos

Login

- Cadastrar novo usuário.
- Esqueceu sua senha? Clique aqui para recebê-la por e-mail.

- Documentos Publicados.
- Notas de revisão - versão atual: 2.05.01

 **TJMG**
Tribunal de Justiça de
Estado de Minas Gerais

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER



Seis edições da Semana Justiça pela Paz em Casa foram realizadas ao longo desta gestão, impulsionando o julgamento de processos relacionados à violência doméstica contra a mulher.

Organizada no Judiciário mineiro pela Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Comsiv), as campanhas em Minas também têm o propósito de levar à sociedade conscientização sobre o tema, por meio de uma programação variada.

As semanas da campanha ocorrem em março, marcando o Dia Internacional da Mulher; em agosto, por ocasião do aniversário de sanção da Lei Maria da Penha; e em novembro, quando a ONU estabeleceu o dia 25 como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra a Mulher.

Para impulsionar o movimento, a Coinj deflagrou, com integral apoio da Assessoria de Comunicação Institucional, atividades que percorreram a capital mineira durante as edições.

Em uma das ações, os ônibus de Belo Horizonte circularam levando, nas traseiras, material publicitário institucional criado pela Ascom para incentivar a denúncia dos casos de violência contra a mulher.

Além disso, foram confeccionados e distribuídos para dezenas de bares e restaurantes de Minas Gerais adesivos para banheiros femininos e masculinos, contendo dados sobre a violência contra a mulher e incentivando a denúncia pelo número 180. Essa iniciativa contou com o apoio da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel).

Cartazes e folhetos sobre o tema foram afixados e distribuídos nas unidades do TJMG e enviados a todas as varas que julgam crimes contra a mulher na capital e no interior, além de parceiros do Judiciário mineiro. Foram divulgadas também peças nas redes sociais.

Foram criadas e realizadas edições especiais do Cineclubes TJ e do Intervalo Cultural, ambos coordenados pela Ascom, com palestras sobre violência doméstica em fóruns de comarcas mineiras e em canteiros de obras, para trabalhadores da construção civil, em uma ação em parceria com o Serviço Social da Indústria da Construção Civil (Seconci-MG).

Entre outras ações durante as campanhas, houve *performances* teatrais em prédios do Judiciário, na estação central do CBTU em BH, na Feira de Artesanato da Afonso Pena, entre outros locais, e exposições temáticas na Galeria de Arte do Fórum Lafayette, na capital.

Em 2019, foram realizadas ações no interior durante as Semanas Justiça pela Paz em Casa em Timóteo, Itabirito, Januária, Juiz de Fora, Governador Valadares, Guanhães, Nanuque, Itabira, Ibirité, Campo Belo, Frutal e Candeias.



Performances teatrais na estação central da CBTU marcaram a Semana Justiça pela Paz em Casa, em março de 2020

OUTRAS AÇÕES

Nesta gestão, Contagem, a terceira maior cidade de Minas Gerais, ganhou uma Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Inquéritos Policiais. A criação da unidade jurisdicional, inaugurada em junho de 2019, foi uma resposta efetiva da Justiça mineira ao crescente número de processos referentes à violência sofrida por mulheres na Comarca de Contagem.

No Carnaval de 2019, o primeiro em que a importunação ofensiva foi considerada crime, a Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Comsiv), em conjunto com órgãos do Executivo e a Polícia Civil, lançou o apelo para os foliões permitirem uma festa sem assédio, por meio da campanha “Alalaô Não é Oba Oba”.

Um dos apoiadores da campanha do TJMG foi o Movimento Quem Ama Não Mata, autor da marchinha de Carnaval veiculada em um dos vídeos que o Judiciário mineiro difundiu nos dias de folia. O movimento foi reeditado em 2018, reproduzindo o grupo lançado em agosto de 1980 para denunciar casos de violência contra a mulher.

O TJMG realizou ainda campanhas de doação de roupas, brinquedos, fraldas e produtos de higiene pessoal para a casa Sempre Viva, entidade que acolhe vítimas de violência doméstica e seus filhos, de nove cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Também em 2019, foram firmados convênios de atendimento à vítima e ao agressor nas Comarcas de Coronel Fabriciano, Timóteo, Januária, Divinópolis, Frutal, Governador Valadares, Guanhães, Itabira, Turmalina, Timóteo, Conselheiro Pena e Guaxupé.

Outras iniciativas incluíram realização ou participação em seminários e cursos, encontros, rodas de conversa, palestras, convênio com faculdades para atendimento psicológico a vítimas de violência doméstica, realização de exposições temáticas.

Em parceria com a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), a Coinj realizou, em setembro de 2019, o “Seminário Violência e Femicídio: novos olhares e perspectivas de

atuação”. O encontro reuniu 180 magistrados em uma ação educacional que visou ampliar a capacitação para demandas ligadas à Lei Maria da Penha.

Ainda em 2019, o TJMG, por intermédio da Ascom, lançou desafio aos adolescentes trabalhadores do Judiciário estadual mineiro para que produzissem um vídeo, de no máximo um minuto, sobre violência doméstica contra a mulher, durante a realização do 15º Concurso Artístico dos Adolescentes Trabalhadores da Casa.

Com o tema “Violência doméstica contra a mulher: de piadas ofensivas à agressão”, o concurso pretendeu provocar, entre os adolescentes e jovens participantes, uma reflexão sobre o combate à violência doméstica, tendo sido também uma oportunidade de levar até eles informações sobre os meandros desse tipo de agressão à dignidade da mulher.

Em 2020, entre outras ações, destacam-se a criação de campanha nas redes sociais do TJMG para divulgação dos serviços de combate à violência doméstica durante a quarentena; a utilização de uma tarja lilás para identificar processos relacionados a feminicídio; e a criação do grupo de estudo interinstitucional que analisa a concreta implantação da competência híbrida da Lei 11.340/06, no âmbito do Judiciário mineiro.

Destaca-se ainda o lançamento do aplicativo MG Mulher, canal de denúncia e atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica, parceria com o Governo de Minas. A ferramenta surgiu com o objetivo de facilitar o acesso delas ao sistema de justiça durante a quarentena imposta pela pandemia da covid-19.



Presidente despacha no Palácio da Liberdade, como governador em exercício

AÇÕES ADMINISTRATIVAS



FOTO: VERÔNICA MANEY

O presidente Nelson Missias, como governador em exercício, sancionou a lei da data-base 2017 aos servidores

CAPITAL HUMANO

A gestão do TJMG para o biênio 2018/2020 ficará marcada pela aprovação e sanção da lei de unificação dos quadros de carreira do Judiciário mineiro, em 2019. Com isso, a instituição passou a ter quadro único de pessoal, com tratamento igualitário.

Na seara do investimento no capital humano, esta gestão notabilizou-se pelo empenho, em um momento de grave crise econômica, por fazer chegar aos servidores da Casa vantagens represadas, como o pagamento da data-base, a promoção vertical de 2017, os auxílios saúde e transporte, além do reajuste do vale-alimentação.

A Lei 23.111/2018, que concedeu reajuste dos vencimentos dos servidores referente à data-base de 2017, foi sancionada pelo próprio presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, em novembro de 2018, como governador em exercício.

Já a Lei Estadual 23.604/2020, concedendo reajustes referentes às datas-base de 2018 e 2019, foi sancionada em março de 2020. O índice da data-base de 2018 foi negociado em 2,76%, ao passo que o de 2019 ficou em 4,94%, o que corresponde a 100% da inflação apurada em cada período.

Foram autorizados ainda o pagamento do valor integral do retroativo referente à promoção vertical de 2017 devido aos servidores e a expansão do Projeto Experimental do Teletrabalho. A promoção vertical/2017, concedida a 1.875 servidores, foi publicada em outubro de 2019, e a promoção vertical/2018, concedida a 659 servidores, publicada dois meses depois.

Com o foco na melhoria das condições de trabalho dos servidores, a Presidência autorizou a atualização do valor pago aos oficiais de justiça a título de verba indenizatória de transporte por mandado cumprido nos plantões regionais.

A instituição também desenvolveu ações de prevenção e combate ao assédio moral e eventos voltados para a inclusão de deficientes visuais e surdos.

NOVOS MAGISTRADOS E SERVIDORES

Entre as iniciativas desta gestão no campo dos recursos humanos, com impacto direto na prestação jurisdicional, está a admissão de 97 novos juízes e a posse de 14 novos desembargadores.

Sessenta e um servidores foram empossados em caráter efetivo — 56 no cargo de oficial judiciário, especialidade oficial judiciário, e cinco no cargo de oficial judiciário, especialidade comissário da infância e da juventude.

Em abril de 2020, encontrava-se em andamento a convocação de 187 candidatos aprovados no concurso público regido pelo Edital 1/2017, para provimento de cargos na Justiça de Primeira Instância. Ressalta-se ainda o provimento de 30 cargos comissionados de assessor de juiz para estruturação do projeto Pontualidade e, na Segunda Instância, o provimento de 138 cargos em comissão com vistas à estruturação de duas câmaras instaladas, bem como para suprir demandas das superintendências.



Novos servidores participam de curso de capacitação inaugural

COLETA SELETIVA E RECICLAGEM

O TJMG doou à Associação dos Catadores de Papelão e Material Reaproveitável (Asmare), nesta gestão, para reciclagem, um total de 513,22 toneladas de papel, resultado da eliminação de processos.

Os processos doados à Asmare são triturados de maneira que não seja possível identificar informações do documento. A trituração dos autos é acompanhada, até o fim, por um profissional do TJMG.

Além do aspecto da sustentabilidade, a parceria com a Asmare é celebrada também pelo seu alcance social, uma vez que a entidade é reconhecida como importante espaço de inserção de pessoas em situação de vulnerabilidade.

A coleta seletiva de lixo foi implantada na capital e difundida no interior como uma das diretrizes do Programa de Logística Sustentável (PLS) e surgiu como uma resposta natural da responsabilidade social e ambiental do TJMG.

Na capital, cerca de 44% do lixo produzido tem sido destinado à reciclagem por meio de convênio com a Asmare, considerando dados de 2018 a março de 2020.

Quanto ao lixo recolhido pela Superintendência de Limpeza Urbana (SLU), foi reduzido o volume descartado pela Unidade Sede. Isso permitiu, a partir de setembro de 2019, a diminuição no valor do contrato firmado com a empresa, que caiu de R\$ 4.896,17 para R\$ 4.634,72, mensais — uma economia de 5,34%.

Durante esta gestão, foram firmados 12 convênios para coleta seletiva, perfazendo 26 o total de parcerias estabelecidas pelas comarcas do interior com diversas associações de reciclagem.

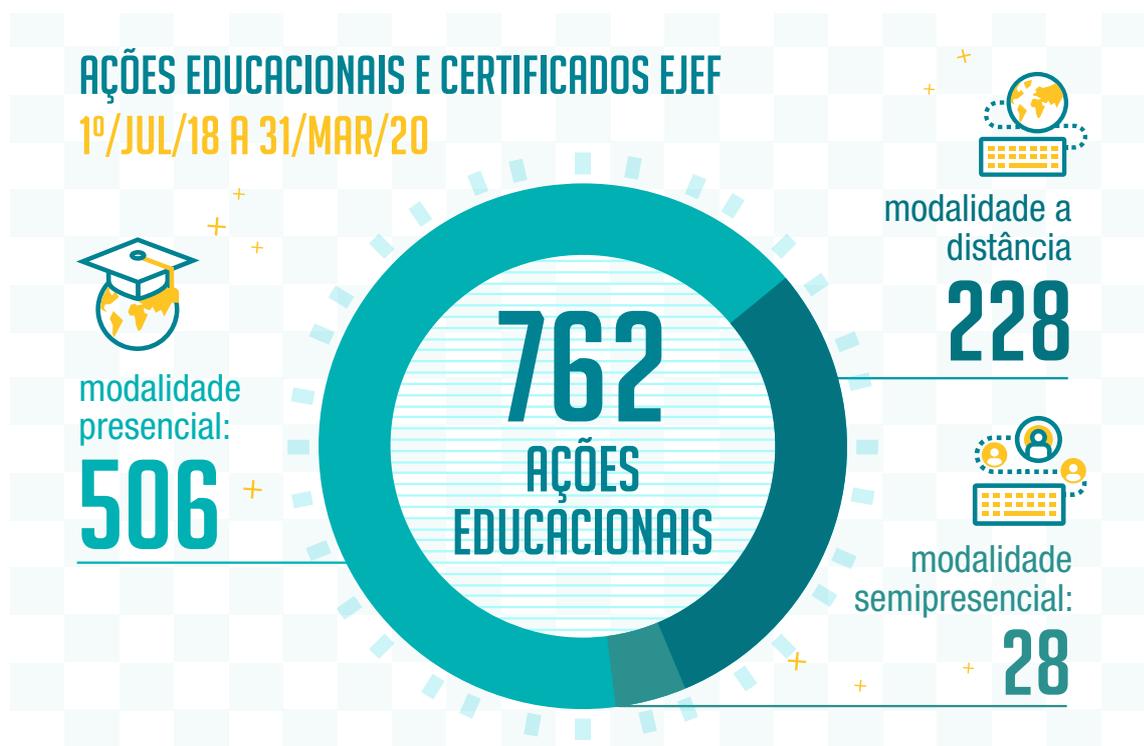


Mais de 513 mil toneladas de papel foram doadas à Asmare

DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

De 1º de julho de 2018 a 31 de março de 2020, a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) do TJMG realizou 762 ações educacionais: 506 na modalidade presencial, 228 na modalidade a distância, 28 na modalidade semipresencial. Foram ainda emitidos 77.597

certificados: 4.462 para magistrados, 56.227 para servidores, 9.195 para estagiários, 7.713 para outros. Desse montante, 83% foram emitidos com base em ações de ensino a distância (EAD), que chegaram a servidores e magistrados de todas as comarcas do estado.





Foi oferecido o Curso de Formação Inicial de Juízes de Direito Substitutos (CFI), para 97 novos magistrados — 100% dos nomeados no último concurso da magistratura. Desses, 70 já concluíram o curso e estão em atuação em suas respectivas comarcas, aprimorando a prestação jurisdicional no interior do estado.

Os outros 27 magistrados aprovados estão em fase de formação e continuam a participar das atividades do curso, que sofreu as adaptações necessárias em decorrência das dificuldades impostas pela pandemia de covid-19.

Nesta gestão, o CFI passou por revisão pedagógica. Entre outras mudanças, foi incluída a prática jurisdicional supervisionada para os novos magistrados nas comarcas do interior e

a orientação formativa deles por orientadores, que os acompanharão individualmente durante todo o período de vitaliciamento.

Na formação inicial de servidores, foi oferecido o programa Servidor Integrado (Serin), em seus módulos institucional e de formação humano-social, para 100% dos servidores em estágio probatório nomeados até 30 setembro de 2019.

Entre outras ações educacionais de formação continuada e avançada, destacaram-se no período as ações educacionais de capacitação a distância no sistema PJe, de implantação do Programa de Integridade do Tribunal, de capacitação em depoimento especial, os Cursos de Aperfeiçoamento Jurídico e Gerencial (CJURs) para magistrados e os seminários em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.

As ações integraram o Plano Educacional de formação de magistrados, servidores e demais colaboradores, iniciativa estratégica do Tribunal, por meio da Ejef, para a capacitação profissional de seus colaboradores.

Neste biênio, o Plano Educacional foi desdobrado em Planos Anuais de Desenvolvimento (PADs), que passaram a ser publicados no *site* da escola judicial com o calendário das ações, para subsidiar a organização do público interno da Casa com relação à própria formação.

Uma das diretrizes foi o fortalecimento da atuação dos 21 núcleos regionais da Ejef no interior do estado, com o objetivo de desconcentrar e aumentar a abrangência das ações educacionais presenciais da escola, prestigiando as diversas regiões do estado.

Nesse sentido, destacam-se as oficinas jurídicas e gerenciais e as de relações humanas no trabalho, voltadas ao desenvolvimento de competências para o gerenciamento de equipes e processos, bem como para a atualização jurídica. Foram capacitadas presencialmente 573 pessoas no interior do estado.

Esta gestão comemora ainda o fato de que os cursos oficiais, necessários à carreira dos

magistrados, passaram a compor a maioria absoluta da formação continuada e avançada para esse público — 91% em 2019 —, com o credenciamento de 17 novos cursos na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam). Entre eles, destacam-se os CJURs e os Cursos de Formação de Formadores (Fofos).

Ressalta-se o fato de que, em 2019, 61% dos docentes de cursos oficiais para magistrados foram certificados em pelo menos um curso oficial de formação de formadores.

Em parceria com a Corregedoria-Geral de Justiça (CCJ), a Escola Judicial realizou quatro Encontros Regionais da Corregedoria (Encor), sediados nas Comarcas de Uberlândia, Pouso Alegre, Montes Claros e Ipatinga.

GESTÃO POR COMPETÊNCIAS

O desenvolvimento do Programa de Gestão por Competências, outra iniciativa estratégica do TJMG, destacou-se com a implantação da avaliação de desempenho por competências, com a normatização e a informatização dos procedimentos, bem como a capacitação dos gestores do Tribunal mineiro no novo modelo e nas novas ferramentas de gestão de pessoas. Por meio de curso realizado a distância, foram capacitados 1.956 gestores.

CONCURSOS

A Ejef foi ainda responsável pela realização e finalização, em tempo recorde, do concurso para juiz substituto regido pelo Edital 1/2018. Foram 14.315 inscritos e 102 candidatos aprovados. O certame trouxe como inovação a realização de entrevista com os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos negros, para fins de apuração da veracidade da autodeclaração.

ECONOMIA DE GASTOS

Importantes avanços foram empreendidos nesta gestão para a redução dos gastos públicos destinados às compras, serviços e obras contratadas para o TJMG. Foram 309 licitações e 675 lotes homologados no biênio 2018/2020.

Quanto aos recursos previstos para as licitações que foram homologadas de julho de 2018 a abril de 2020 — R\$ 1,373 bilhão —, houve economia de cerca de R\$ 268 milhões, o que representa 19,51%.



Foram empreendidas ações junto aos gestores contratuais para a troca de informações e orientações destinadas ao planejamento das contratações e elaboração de termos de referência e projetos básicos. Foram capacitados mais de 150 servidores para o tema.

Outra novidade desta gestão foi a implantação do processamento integralmente digital para pregões eletrônicos, nos ambientes virtuais do

Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços (Siad) e do Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

Com a automatização de rotinas, a medida gerou melhorias no fluxo das aquisições e contratações do TJMG, com a redução dos prazos de tramitação dos pregões eletrônicos. Além disso, reduziu o consumo de papel e outros materiais de expediente.

Outra novidade, essa referente ao Plano de Aceleração de Obras do TJMG, foi a implantação do fator “K” nas concorrências e tomadas de preços para construção e reforma de prédios de fóruns por empreitada por preço global.

Isso significou redução dos prazos de processamento da fase externa das concorrências e tomadas de preços, com a conquista de uma marca histórica: 43 concorrências (64 lotes) e 10 tomadas de preços (11 lotes) homologados no biênio 2018/2020, referentes a obras, projetos, reformas e ampliações prediais.

Foi ainda designada uma Comissão Especial de Licitação, para somar forças com a Comissão Permanente de Licitação, em razão do elevado número de processos no Plano de Aceleração de Obras do TJMG.

Outros avanços incluem a utilização do SEI também para as licitações da Lei Federal 8.666/1993 (modalidades concorrência, tomada de preços e convite).

ECONOMIA NAS NEGOCIAÇÕES

Por meio de negociações de renovação ou reajustes contratuais, foi obtida economia, considerando a integralidade dos meses até o término dos contratos, foi de R\$ 1,8 milhão.

A Coordenação de Análise e Composição de Custos Contratuais (Compos) recebeu 867 processos no período a que se referem as economias (1º de julho de 2018 a 21 de março de 2020). Desses, 459 eram passíveis de negociação de valor.

Uma economia da ordem de R\$ 20 milhões, considerando os anos de 2018 e 2019, foi possível com a determinação de que as férias dos terceirizados coincidissem com o recesso do Judiciário.

Também nesta gestão, houve redução dos valores dos serviços de mensageria pagos à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafo, com economia anual de aproximadamente R\$ 1,3 milhão. Houve ainda decréscimo na quantidade de serviços solicitados aos Correios — média de 240 mil postagens a menos por ano.

ESTRUTURA JUDICIÁRIA

A partir de estudos técnicos e de esforços que envolveram diversos setores do TJMG, e tendo sempre como norte o Planejamento Estratégico da instituição, novas Câmaras e Varas foram instaladas nesta gestão e outras tiveram sua competência alterada.

As comarcas contempladas com novas Varas foram as de Betim, Barbacena, Contagem, Esmeraldas, Frutal, Ipanema, Nova Serrana, Patos de Minas, São Gotardo, Santa Luzia e Uberlândia. Além disso, foram instaladas, já no primeiro dia da gestão, a 8ª Câmara Criminal e a 20ª Câmara Cível do TJMG; a Comarca de Pará de Minas foi elevada a entrância especial.

O esforço para dar vazão ao grande acervo de feitos que tramitam no Judiciário mineiro resultou na instalação da Comarca de Jaíba, no Norte de Minas, com o desdobramento da Comarca de Manga, atendendo a uma antiga reivindicação da comunidade da região.

Dentro da recomendação de priorização do primeiro grau, o interior também ganhou reforço, com foco no atendimento a crianças e adolescentes e mulheres vítimas de violência doméstica.

Foram instaladas novas unidades jurisdicionais em Esmeraldas — 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude; Nova Serrana — 1ª Vara Criminal e de Execuções Penais; São Gotardo — 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude; Patos de Minas — 4ª Vara Cível; e Ipanema — 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude.

Além disso, Contagem, uma das maiores comarcas do estado, passou a contar, em junho de 2019, com uma Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e de Inquéritos Policiais.



Em janeiro de 2020, foi instalada a Comarca de Jaíba, antigo sonho da região

FOTO: MIRNA DE MEDEIRA

FOTO: MIRNA DE MOURA



A 8ª Câmara Criminal foi uma das duas novas câmaras criadas

FOTO: ROBERT LEAL



O presidente, o juiz Rômulo Duarte e o corregedor-geral de Justiça, Saldanha da Fonseca, inauguram nova Vara em Nova Serrana

FOTO: MIRNA DE MOURA



Itapagipe recebeu novo fórum nesta gestão

GESTÃO DOCUMENTAL



A equipe da Ejef/Dirged atendeu in loco a uma das comarcas com processos danificados pelas chuvas

O TJMG descartou quase 2,5 milhões de processos físicos findos, de 1º de julho de 2018 a 31 de março de 2020. Foram exatos 2.423.798. O montante resultou em 513,22 toneladas de papel doadas para a reciclagem.

Inserido entre as iniciativas estratégicas do Tribunal mineiro, o plano de eliminação de processos, que integra as ações de gestão documental da Casa, tornou-se especialmente necessário diante do crescimento da massa documental acumulada.

Além de otimizar os espaços destinados aos arquivos judiciais em toda Minas Gerais, a medida representa uma economia de recursos com aluguel de espaço para armazenamento do acervo e com terceirização de guarda.

Os benefícios impactam também a qualidade de vida dos servidores: cada retirada de processos para a comarca gera a média de três anos e quatro meses de espaço para futuros arquivamentos, melhorando o ambiente de trabalho.

RECUPERAÇÃO DE DOCUMENTOS

Devido às fortes chuvas em Minas Gerais em janeiro de 2020, alguns fóruns do interior foram atingidos por enchentes, que danificaram o acervo de processos armazenados nos arquivos e secretarias.

A equipe da Ejef/Dirged deslocou-se às comarcas mais afetadas para o atendimento *in loco*. Nas localidades, inicialmente, foram adotadas medidas emergenciais voltadas à preservação dos processos, para posterior remoção, tratamento e secagem no Arquivo Central.

Cerca de 2.300 caixas do tipo arquivo com processos das Comarcas de Espera Feliz, Manhumirim e Teixeiras foram transportadas para Contagem, para receberem os cuidados da equipe.

Outras comarcas que também tiveram documentos atingidos pelas chuvas foram orientadas e acompanhadas remotamente pela equipe técnica, que enviou informações sobre a correta forma de atuação para a secagem e recuperação dos processos molhados.

ARQUIVO PERMANENTE

Durante esta gestão, foi alcançada a marca de 84 comarcas cujo acervo de processos históricos foi enviado para o Arquivo Permanente, mantido pela Dirged. No espaço, localizado em Contagem, o acervo recebe cuidadoso tratamento, com foco na preservação perene e divulgação da história do Judiciário mineiro.

Atualmente, o espaço possui cerca de 360 mil processos, com itens do final dos séculos XVIII e XIX, bem como das primeiras décadas do século XX, atendendo a solicitações de pesquisa de estudiosos de várias partes do Brasil.



O presidente anunciou na Câmara Municipal de Boa Esperança um novo fórum para a comarca

NOVOS FÓRUNS

O compromisso assumido pelo presidente do TJMG no início de sua gestão, de investir na construção de novos fóruns, foi honrado. De 1º de julho de 2018 até 31 de maio de 2020, foram inauguradas 13 importantes obras: as novas sedes do Judiciário em 11 comarcas mineiras e a reforma geral de dois fóruns.

Outras 12 obras ainda serão entregues à comunidade até 30 de junho de 2020 — 10 novos fóruns e duas reformas gerais, uma delas com ampliação do edifício. A gestão deixa ainda outros 34 novos fóruns em execução ou em fase de licitação, o pedido de oito outros e a reforma geral e ampliação da sede de uma comarca.

As obras integram o Plano de Aceleração de Obras do Tribunal mineiro, que ganhou vigoroso impulso nesta gestão.

Muitos dos novos fóruns eram obras aguardadas há anos. Além de proporcionar a magistrados, servidores, colaboradores e operadores do direito melhores condições de trabalho, as novas edificações permitem que a comunidade receba uma melhor prestação jurisdicional.

Além disso, em muitas comarcas, os prédios recém-construídos têm permitido o surgimento de novos eixos de desenvolvimento para os municípios-sede do Judiciário, com impactos importantes para a economia local.

COMARCAS CONTEMPLADAS

Até 29 de maio de 2020, foram inaugurados os novos fóruns das Comarcas de Candeias, Carmo da Marta, Cruzília, Grão Mogol, Itapagipe, Jaíba, João Pinheiro, Miradouro, Morada Nova de Minas, Peçanha e Santa Maria do Suaçuí e as reformas gerais dos Fóruns de Unai e Prados.

Antes do término desta gestão, até 30 de junho de 2020, estavam previstas as inaugurações dos fóruns de Araxá, Cambuí, Carmo do Rio Claro, Cássia, Cláudio, Lagoa da Prata, Monte Sião, Peçanha, Pirapetinga, Piumhi e Pratápolis e e das reformas gerais dos fóruns de Ervália e Janaúba — este último ganhou também uma ampliação.



Ao final da gestão, encontravam-se em execução ou em fase de licitação os fóruns das seguintes comarcas: Abaeté, Além-Paraíba, Araçuaí, Araguari, Barão de Cocais, Boa Esperança, Caeté, Campanha, Campos Altos, Capelinha, Elói Mendes, Espinosa, Formiga, Francisco Sá, Guanhães, Guaranésia, Ibirité, Ituiutaba, Juiz de Fora, Manga, Mariana, Martinho Campos, Matozinhos, Mirai, Nanuque, Nova Lima, Ouro Preto, Paraopeba, Pedro Leopoldo, Poços de Caldas, Pompéu, Santa Maria do Sapucaí, São Romão e Varginha.

A previsão é que esta gestão peça ainda as obras de construção dos novos fóruns de Baependi, Barbacena, Itajubá, Mateus Lemes, Montes Claros, Natércia, São Gotardo e Três Corações e de reforma geral e ampliação do fórum de Cachoeira de Minas.





FOTO: CECÍLIA PEDERZOLI

A inauguração do novo fórum de João Pinheiro contou com a presença do pai do presidente Nelson Missias, Agostinho de Moraes (D)



FOTO: MIRNA DE MOURA

A comunidade de Ervália recebeu um fórum totalmente reformado

AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE

O projeto de ampliação do Edifício Sede do TJMG, com o objetivo de possibilitar maior concentração das atividades do Judiciário mineiro e melhorar a prestação jurisdicional, foi aprovado pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte em 28 de maio de 2020, após análise detalhada dos impactos da ampliação no entorno imediato e das medidas a serem implementadas para melhorar a infraestrutura urbana da região.

De acordo com o projeto, serão construídas duas novas edificações junto ao prédio já existente.

O empreendimento passará a contar, ao todo, com aproximadamente 119 mil metros quadrados de área construída. Serão adotadas diversas medidas relativas à sustentabilidade e à eficiência energética.

PRÉDIOS SUSTENTÁVEIS

A gestão do TJMG no biênio determinou expressamente que todas as novas edificações do Judiciário mineiro sejam projetadas com soluções inteligentes, dentro dos preceitos da sustentabilidade para, entre outros resultados, reduzir o consumo de água e de energia.

Entre as medidas adotadas estão a utilização de torneiras automáticas e válvulas automatizadas para vasos sanitários e mictórios e dotar os prédios de sistemas para aproveitamento da água de chuva e da água drenada do sistema de ar-condicionado

Para buscar maior eficiência energética, as novas edificações estão adotando sistema fotovoltaico, composto por placas que convertem a energia solar em energia elétrica, a partir de projeto piloto em teste no segundo semestre de 2018, no Edifício Liberdade, na capital mineira.

Outra importante premissa adotada nos projetos do Tribunal mineiro tem sido a flexibilidade,

que garante a longevidade das edificações, por meio de espaços que possam ser remodelados facilmente, sem desperdício de recursos.

Construções erguidas com a preocupação da sustentabilidade podem impactar diretamente na qualidade de vida no trabalho. Nesse sentido, quatro aspectos principais são observados: a temperatura, a iluminação, a acústica e o mobiliário.

As novas edificações do Judiciário mineiro primam, ainda, por oferecer acessibilidade aos cadeirantes, em 100% dos ambientes dos fóruns.

A Diretoria de Engenharia de TJMG também empreendeu esforços para adaptar as edificações do Judiciário mineiro, a fim de facilitar o acesso e a circulação de portadores de necessidades especiais.

Até 31 de maio de 2020, foram concluídas obras dessa natureza em 30 edificações e outras estavam em andamento em outras onze.

SEGURANÇA DOS IMÓVEIS

Em parceria com o Corpo de Bombeiros, o TJMG deu início à implantação do Plano de Obtenção dos Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) e Declarações de Dispensa de Licenciamento (DDL), para oferecer mais segurança nos imóveis, regularizando-os quanto às normas sobre o tema.

No período, foram realizadas 171 vistorias nas edificações e elaborados 47 projetos para obtenção do AVCB, além de terem sido realizadas trocas e/ou manutenções de 3.405 extintores de incêndio.

NOVAS EDIFICAÇÕES DO JUDICIÁRIO MINEIRO: SOLUÇÕES INTELIGENTES E SUSTENTÁVEIS



58



1,5 MWP

PRÉDIOS COM EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

DE POTÊNCIA TOTAL

14 UNIDADES EM
OPERAÇÃO/
CONCLUÍDAS

Campo Belo, Carmo do Cajuru, Cruzília, Grão-Mogol, Iguatama, Itapagipe, Jaíba, Morada Nova de Minas, Nova Serrana, Paraguaçu, Poço Fundo, Santa Bárbara, Santo Antônio do Monte e Virginópolis.

7 EM
EXECUÇÃO/
INSTALAÇÃO

8 PROJETOS
CONCLUÍDOS
aguardando início
da execução

9 EM
PROJETO

20 EM VISTORIA
ou aguardando
vistoria

ATÉ MAIO DE 2020

TOTAL INVESTIDO
R\$ 2.038.890,29

POTÊNCIA TOTAL INSTALADA
346 KWP



TOTAL DE ENERGIA GERADA
29,8MWH

TOTAL DE CO² EVITADO
22 TONELADAS

PAINÉIS DE CONTROLE

Ao longo da gestão 2018/2020, o Centro de Informações para Gestão Institucional (Ceinfo), por meio da ferramenta Qlik Sense, desenvolveu diversos painéis de controle, que proporcionam à alta administração e aos gestores do TJMG importantes instrumentos para delinear estratégias e qualificar a tomada de decisões.



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O painel de execução orçamentária e financeira foi desenvolvido a partir de demanda apresentada pela Coordenação de Controle e Execução Orçamentária (Ceor/Dirfin), para ser utilizado, principalmente, pela própria área financeira e pela Presidência.

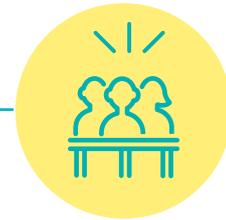
A ferramenta demonstra de forma dinâmica e interativa as informações referentes à execução orçamentária e financeira das Unidades Orçamentárias 1031 – TJMG e 4031 – Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, bem como os dados relacionados à arrecadação de receitas e repasses de recursos.



GESTÃO DE CONTRATOS

Reunindo todas as informações relativas aos contratos em uma única plataforma, o Painel de Gestão de Contratos é uma solução que facilita a apresentação dos resultados por meio de relatórios e indicadores de gestão. Esse eficaz instrumento de controle dos recursos públicos possibilita à alta administração e aos gestores de contratos do Tribunal tomadas de decisões mais ágeis e eficientes.

O painel possibilita uma visão global e, ao mesmo tempo, a análise individual dos contratos firmados pelo TJMG, o que facilitou, por exemplo, a renegociação dos contratos de locação, gerando economia de recursos.



FORÇA DE TRABALHO

Construído com o objetivo de auxiliar a Presidência nas decisões relacionadas à admissão e alocação dos estagiários e terceirizados, o painel apresenta a distribuição de magistrados, servidores, terceirizados, estagiários e cedidos nas comarcas e áreas administrativas do Tribunal.



LIMITES ORÇAMENTÁRIOS X EXECUÇÃO

Elaborado a partir de demanda do Centro de Controle da Execução Orçamentária (Cecoex/Seplag), o painel apresenta o valor limite para empenho disponibilizado a cada área gestora de orçamento do Tribunal, além das respectivas despesas realizadas ao longo do exercício financeiro, detalhadas por elemento-item de despesa, número de empenho, credor e mês, entre outras opções.



METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO (CNJ)

Desenvolvido a partir de demanda apresentada pela Presidência e pela Corregedoria-Geral de Justiça (CGJ), o painel permite monitorar, de forma dinâmica, o cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário na Primeira Instância, dando objetividade e praticidade às consultas realizadas.

O painel tem como objetivo fornecer ao usuário informações relevantes e completas sobre o percentual de cumprimento das Metas Nacionais, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, facilitando o acompanhamento e a atuação da direção do Tribunal mineiro, da CGJ e das unidades judiciárias.

PANDEMIA DA COVID-19

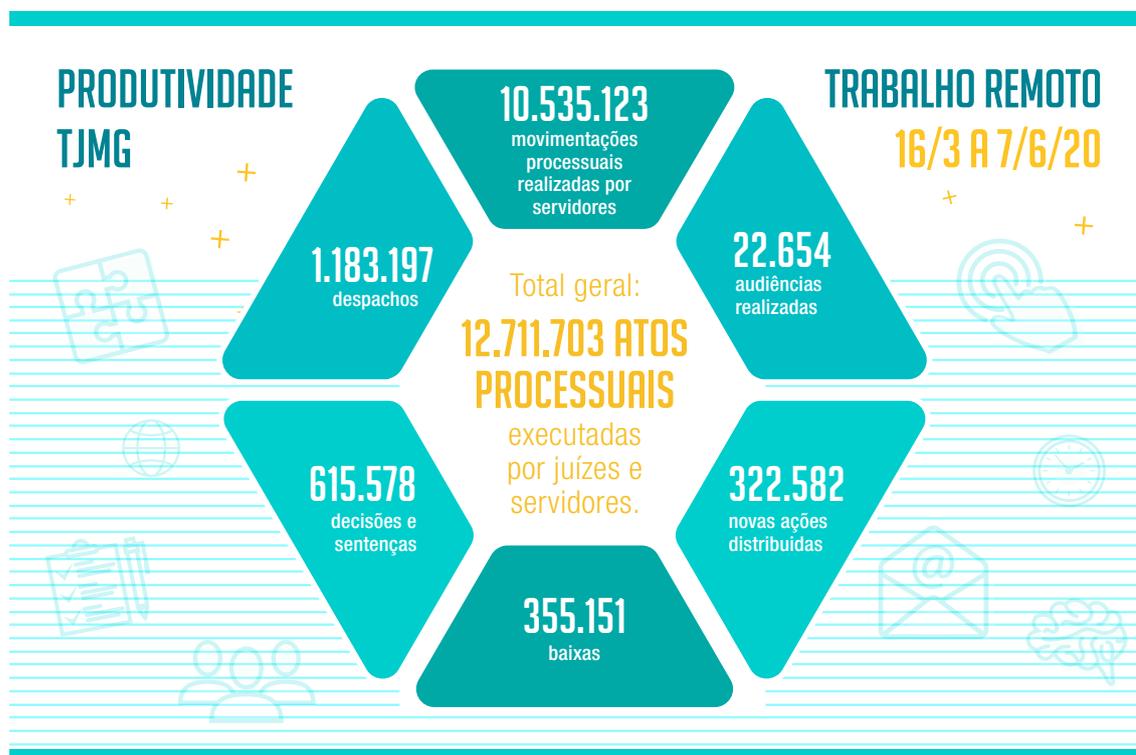
O ineditismo da batalha global que a pandemia da covid-19 impôs à humanidade inaugurou muitas situações que, igualmente, nunca haviam sido experimentadas. Diante dos tempos de incertezas, o TJMG tomou decisões rápidas e corajosas, tendo como objetivos a preservação da saúde e da vida de magistrados, servidores, colaboradores e dos usuários em geral do Poder Judiciário, sem prejudicar a prestação jurisdicional.

Uma delas foi a suspensão do expediente no Judiciário mineiro. Com a decisão, um contingente de cerca de 1.100 magistrados, aproximadamente 15 mil servidores e centenas de colaboradores, em todo o estado, foi colocado, da noite para o dia, em trabalho remoto.

Plantões presenciais foram definidos em esquema de rodízio e apenas para medidas urgentes. A opção, sempre que possível, foi pelas soluções à distância.

O fim do trabalho remoto para essa massa de profissionais foi reavaliado permanentemente, de acordo com as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e das autoridades sanitárias brasileiras.

Durante o período de trabalho remoto, de 16 de março a 31 de maio, o TJMG executou mais de 10 milhões de atos processuais, realizados por magistrados e servidores, dentre os quais mais de 500 mil sentenças e decisões.



POPULAÇÃO CARCERÁRIA

Durante a pandemia, o TJMG publicou portaria, em conjunto com a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais, recomendando prisão domiciliar de presos do regime aberto ou semiaberto, de acordo com critérios que estabeleceu.

A medida também se estendeu a pessoas presas em virtude de não pagamento de pensão alimentícia.

A medida revelou-se plenamente acertada, pois evitou a disseminação da Covid 19 nas unidades prisionais do estado, ao contrário do ocorrido em outros estados.

Outra medida foi tomada em 23 março de 2020, quando o TJMG decidiu que, durante o período de calamidade, os recursos provenientes das prestações pecuniárias seriam creditados em conta única e aplicados prioritariamente no combate à doença.



INFORMAÇÕES SOBRE A PANDEMIA

Durante toda a suspensão do trabalho presencial do Judiciário mineiro, por meio de sua Assessoria de Comunicação, o TJMG publicou vídeos diários de magistrados e servidores mostrando os bastidores do trabalho remoto, seus desafios e o comprometimento dessas pessoas para com a Justiça mineira.

Foi criada uma página no Portal TJMG reunindo orientações sobre o funcionamento da Justiça mineira durante o período, com uma lista de perguntas frequentes.

A equipe de TV da Casa também criou e veiculou um novo produto, o Plantão TJMG, levando informações sobre o funcionamento do Tribunal e sobre questões do Direito relacionadas ao momento. A primeira edição foi ao ar em 29 de abril de 2020.

Além disso, a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) lançou em março de 2020 o *Boletim Extraordinário Coronavírus*, semanal, para manter informados operadores do Direito e cidadãos sobre comunicados oficiais, legislação, jurisprudência e decisões relacionados à covid-19.



A direção fez análise da estratégia com o Comitê



Visitas técnicas orientaram juízes e servidores sobre desdobramento do Planejamento Estratégico

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Um trabalho de fôlego foi empreendido pela Secretaria Executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional (Seplag) do TJMG, nos primeiros meses da gestão, iniciada em julho de 2018, com o objetivo de atualizar o Planejamento Estratégico do Tribunal mineiro para 2019.

A medida se fez necessária para adequá-lo às diretrizes da Presidência no biênio 2018/2020, de maneira a que fossem incluídas as metas nacionais aprovadas no 12º Encontro Nacional do Poder Judiciário, referentes ao aumento do índice de conciliação e à priorização do julgamento de processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Com foco na transparência e na gestão para resultados, iniciou-se, nas diversas unidades organizacionais do Tribunal, o monitoramento dos resultados das metas nacionais e institucionais e programas, projetos e ações constantes no Planejamento Estratégico do TJMG.

Contando com o comprometimento da direção do TJMG e de magistrados e servidores, o acompanhamento sistemático do Planejamento Estratégico permite aos gestores conhecer e avaliar o cumprimento dos planos e o alcance das metas, de acordo com os parâmetros definidos, dando suporte, sempre que necessário, à adoção de medidas preventivas e corretivas.

Além disso, possibilita a colaboração entre os setores para se alcançarem melhores resultados institucionais, a identificação das áreas ou dos projetos com necessidade de maior atenção, tendo em vista os resultados obtidos, bem como o agrupamento de informações importantes para as reuniões de análise de estratégia, realizadas pelo Comitê Estratégico de Gestão Institucional.

A medida confere ainda transparência ao escopo e aos resultados das 30 metas e das 24 iniciativas constantes do Planejamento Estratégico de 2019. **Em maio de 2020, encontrava-se em execução a revisão do Planejamento Estratégico para o ano de 2020.**

PROCESSOS DE TRABALHO

Nesta gestão, foi iniciada a elaboração, pelo Centro de Padronização e Qualidade na Gestão (Cepaq), do Guia de Gestão de Processos de Trabalho, que deverá ser concluído ainda em 2020. O guia tem por objetivo instituir a metodologia de Gestão de Processos de Trabalho a ser utilizada no Tribunal.

O instrumento pretende propor, entre as melhores práticas e instrumentos existentes, o conjunto que melhor se adapta às necessidades do TJMG, de maneira a munir as áreas de informações e instrumentos qualificados e assertivos que as

auxiliem no registro, na padronização, no aperfeiçoamento e na modernização dos processos de trabalho e, ainda, que permitam o acompanhamento dos avanços e benefícios alcançados.

A equipe do Cepaq também atuou para promover a constante atualização do Manual do Gestor, com o propósito de fornecer aos gestores orientações procedimentais e normativas relativas às rotinas administrativas do TJMG, bem como instruções referentes às dúvidas mais recorrentes.

SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Esta gestão deu especial tratamento ao Centro de Segurança Institucional (Cesi), responsável pela segurança de magistrados, servidores, do patrimônio e das informações do TJMG.



O 1º Seminário de Inteligência e Segurança Institucional teve magistrados como alvo

FOTO: MIRNA DE MOURA



FOTO: MIRNA DE MOURA

Todo o controle de acesso às edificações do Poder Judiciário mineiro foi aprimorado

Estratégico para o Judiciário mineiro, o setor foi todo reestruturado, ganhando novo padrão organizacional, e passou a contar com secretaria própria, composta por servidores capacitados para o desempenho de sua finalidade institucional.

Os atendimentos prestados pelo Cesi ganharam maior agilidade e eficiência, pois, sob a supervisão de desembargador e coordenadas diretamente por juiz auxiliar da Presidência, as assessorias subordinadas e vinculadas ao Centro passaram a desenvolver suas atividades de forma conjunta e harmônica.

Entre julho de 2018 e abril de 2020, o Cesi prestou mais de 500 atendimentos diversos a magistrados e servidores e apresentou propostas de edição e atualização das normas de segurança institucional do TJMG, o que resultou na edição das Portarias Conjuntas 811 e 812, de 2019, e na alteração da Portaria Conjunta 788/PR/2018.

Além disso, todo o controle de acesso às edificações do Poder Judiciário foi aprimorado, com

redimensionamento do serviço de vigilância terceirizada e instalação de equipamentos de segurança eletrônica, como circuitos internos de televisão (CFTV), catracas e portais detectores de metal, em diversos prédios que abrigam os fóruns do interior do estado.

Ao longo da gestão 2018/2020, investiu-se na atualização completa da frota veicular destinada ao Cesi e destacou-se como inovadora a adoção das medidas necessárias à criação de um núcleo de inteligência e contra-inteligência do Poder Judiciário, diretamente vinculado e subordinado ao Cesi, em consonância com o que vem sendo construído pelos demais tribunais do País.

O Cesi avançou na criação de seu núcleo de inteligência, fundamentado na nova doutrina de inteligência do Poder Judiciário, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e, entre outras iniciativas, realizou o 1º Seminário de Inteligência e Segurança Institucional, tendo como público-alvo magistrados do Judiciário mineiro e firmou convênio de cooperação técnica com a Abin.

SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES

O Sistema Eletrônico de Informações (SEI), que permite a gestão e o processamento eletrônico de documentos, expedientes e processos administrativos, sem a utilização de papel, ganhou mais relevância nesta gestão, consolidando-se como uma das principais ferramentas para a modernização dos processos de trabalho administrativo.

Para tanto, as ações em torno do SEI passaram a constar do Planejamento Estratégico do TJMG.

Até abril deste ano, 4.427 unidades estavam registradas no SEI, com 34.068 usuários internos e 9.960 externos.

O número de processos gerados na plataforma atingiu o montante de 403.826, tendo sido incluídos no sistema 1.241.368 documentos externos e 1.917.046 documentos internos.

Importantes inovações foram introduzidas no sistema, nesta gestão, como a solução “Barramento de Serviços do Processo Eletrônico Nacional”, que possibilita ao TJMG conectar-se a outros órgãos usuários da ferramenta.



FOTO: WILLIAN DIAS



Chefes dos três Poderes, durante a oficialização da adesão do Legislativo estadual mineiro ao SEI

Essa novidade, que permitiu a comunicação com a Advocacia-Geral do Estado (AGE), proporcionou que o SEI fosse o instrumento utilizado para a tramitação da documentação referente ao histórico acordo entre o Estado de Minas Gerais e a Associação Mineira de Municípios (AMM), para a regularização do repasse de verbas.

Outra novidade veio em março de 2019, com o módulo de peticionamento eletrônico, propiciando aos usuários externos o encaminhamento de documentos, seja por meio de novos processos SEI, seja por meio de processos já existentes. A partir disso, vários procedimentos foram realizados eletronicamente. Outra conquista veio com a formalização de convênio com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), órgão idealizador da ferramenta, para implantação de um novo módulo, o SEI Julgar, destinado a autuar, distribuir, instruir e julgar processos administrativos.

Em fevereiro de 2020, com o lançamento do canal “Fale com o TJMG”, o sistema passou a atuar como ferramenta de integração, recebendo, de forma automática, as manifestações dos cidadãos e efetivando a tramitação das

informações entre as áreas do Tribunal. Até abril de 2020, com três meses de implantação do canal, a plataforma contava com 2.140 usuários cadastrados e 1.975 manifestações de cidadãos já recebidas.

Um dos compromissos da gestão foi o de alavancar a automatização dos procedimentos administrativos que corriam de forma híbrida, tornando-os integralmente eletrônicos. O TJMG atuou como multiplicador da plataforma SEI, prestando auxílio para sua implantação no Tribunal Regional Eleitoral (TRE/MG) e na Assembleia Legislativa (ALMG). No caso da ALMG, a Presidência do Judiciário mineiro exerceu papel fundamental, atuando na interlocução com o TRF-4 para a cessão do SEI ao Legislativo de Minas.

No período, o Judiciário Estadual destacou-se também como referência na capacitação de servidores com deficiência visual para o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e o TRE/MG, além de outros órgãos do governo estadual, tendo, ainda, produzido o manual de utilização do sistema em braile.



Posse de desembargadoras

AÇÕES INSTITUCIONAIS

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Nos dois anos desta gestão, as páginas do Portal TJMG alcançaram mais de 250 milhões de visualizações, o que significa que foram vistas, em média, 350 mil vezes por dia.

Até 31 de março de 2020, nas redes sociais, o conteúdo publicado havia alcançado mais de 4 milhões de visualizações. As 1.282 postagens do TJMG no Facebook tiveram 2.291.251 acessos. No Twitter, o conteúdo postado — um total de 1.102 posts — foi visualizado 1.853.338 vezes.



Do início da gestão até fevereiro de 2020, o “Fale Conosco” atendeu a mais de 12 mil mensagens de usuários, até ser substituído pelo novo canal de relacionamento com o público externo criado neste biênio, o “Fale com o TJMG”. Apenas o “Fale com a Presidência” respondeu a 1.140 mensagens.

Uma iniciativa inédita e histórica no Judiciário mineiro foi implementada nesta gestão: o convênio entre o TJMG e a Associação Mineira de Rádio e Televisão (Amirt). A novidade contribuiu para que informações sobre as principais ações, decisões e projetos da instituição chegassem a um maior número de cidadãos do estado.

Com a cooperação, celebrada em julho de 2019, as matérias de televisão e rádio produzidas pelo Centro de Imprensa (Ceimp) da Assessoria de Comunicação do TJMG passaram a ser reproduzidas no portal da Amirt e divulgadas por canais de comunicação da entidade, podendo ser reproduzidas pelas quase 400 emissoras de rádio e TV associadas à entidade e espalhadas por todas as regiões do estado.

O setor de imprensa atendeu a centenas de demandas de veículos da mídia tradicional e alternativa de todo o País, informando-os sobre processos em andamento, decisões judiciais e aspectos institucionais. *Podcasts* diários foram criados e inúmeras matérias alimentaram diariamente o Portal TJMG.

As notícias produzidas pela Assessoria de Comunicação foram disparadas e entregues, em média, 350 mil vezes a endereços eletrônicos de veículos e profissionais de comunicação.

As notícias foram turbinadas com conteúdo multimídia: vídeos e áudios, além de álbuns no Flickr, conteúdo que o usuário pode baixar e usar livremente. Além disso, reportagens especiais também foram produzidas em 14 edições do *Plural TJMG*, publicação multimídia do TJMG sobre temas afetos ao universo da Justiça.

Em junho de 2020, o TJMG inaugurou seu estúdio de TV ao qual deu o nome do Professor Ricardo Fiuza, um dos precursores da comunicação no Poder Judiciário.

JUSTIÇA EM QUESTÃO

O *Justiça em Questão* (JQ), programa de TV da Casa, ultrapassou as 500 edições, nesta gestão. A equipe produziu 544 no total, até 21 de março de 2020, semana em que o Judiciário mineiro suspendeu o expediente presencial, mantendo-o apenas para medidas urgentes, em função da pandemia do novo coronavírus.

O JQ é atualmente veiculado na TV Justiça, Rede Minas, TV Horizonte e canais de vários municípios do interior de Minas, além de ser disponibilizado no YouTube.

Em abril de 2020, o canal do *Justiça em Questão* contava com cerca de 11.500 inscritos e mais de 7 milhões de visualizações totais.

O programa registrou nesta gestão telespectadores em países diversos: Portugal, EUA, França, Itália, Argentina, Angola, Moçambique, México, Espanha, Colômbia, Rússia, Japão, Alemanha, Suíça, Reino Unido, Paraguai, Polônia, Canadá, Turquia, Bolívia, Arábia Saudita, Chile, Índia, Romênia, Uruguai e Ucrânia.



APROXIMAÇÃO COM O PÚBLICO

Ao longo desta gestão, o Centro de Relações Públicas e Cerimonial (Cerp) do TJMG, por meio do programa Conhecendo o Judiciário, recebeu, até fevereiro de 2020, um total de 7.370 alunos e realizou mais de cem eventos. A iniciativa, que tem por missão aproximar a Justiça da sociedade, completou duas décadas de existência em 2019.

Nesta gestão, foi inaugurada a Feira Cidadania Solidária, parceria entre o TJMG e a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). A iniciativa passou a acontecer durante uma semana de cada mês, em espaços do Judiciário mineiro, na capital, reunindo como expositores pessoas atendidas por programas sociais da PBH.

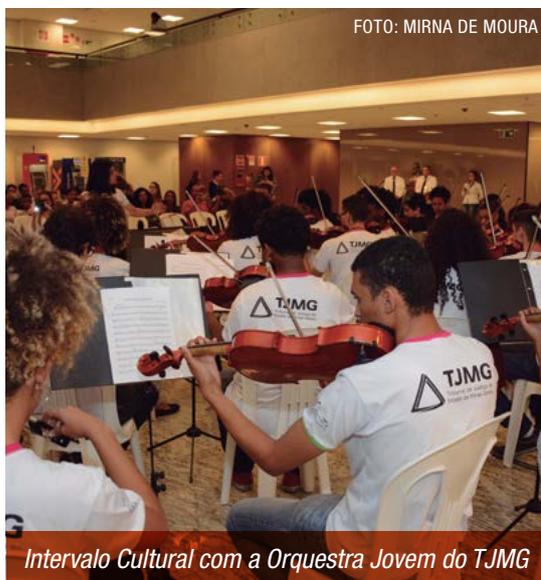
Foram realizadas, até fevereiro de 2020, 19 edições do Intervalo Cultural, que propiciaram a integração entre os públicos interno e externo da instituição, e 17 do Cineclube TJ, que une



Foram realizadas duas campanhas Papai Noel TJMG

a exibição de obras marcantes da história do cinema à discussão de alto nível sobre os temas abordados pelos filmes.

Do início da gestão até fevereiro de 2020, 80 campanhas de relações públicas e publicidade foram realizadas ou estavam em andamento. Entre elas, duas edições do Papai Noel TJMG, campanhas especiais de combate ao assédio moral, a adesão às mobilizações nacionais do Outubro Rosa e do Novembro Azul, a campanha Lacre do Bem e três edições da Semana Justiça pela Paz em Casa.



Intervalo Cultural com a Orquestra Jovem do TJMG

Programações variadas marcaram ainda duas edições da Semana do Servidor no Judiciário mineiro, com música, teatro, cinema, exposições e a tradicional homenagem aos servidores com mais de 30 anos de atuação no TJMG.

JURISPRUDÊNCIA E OBRAS TÉCNICAS

Tão logo a pandemia do novo coronavírus atingiu o Brasil, a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) lançou o *Boletim Extraordinário Coronavírus*, para manter informados operadores do Direito e cidadãos sobre comunicados oficiais, legislação, jurisprudência e decisões relacionados à covid-19. As informações, desde então, são divulgadas toda segunda-feira. A primeira edição é de março de 2020.

Nesta gestão, a Ejef publicou também novas edições do boletim *Julgados em Números* e obras técnicas, disponibilizadas na Biblioteca Digital da Casa. Houve ainda aprimoramento da pesquisa e da disseminação da jurisprudência do Tribunal mineiro junto a magistrados, servidores, advogados, partes e demais usuários.

Entre as obras publicadas pela escola, figurou o livro *Constituição do Brasil – 30 Anos (1988-2018)*, com artigos produzidos por magistrados

do TJMG. O evento de lançamento, em 2019, contou com palestra magna proferida pelo ministro Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em maio de 2020, a Ejef lançou a obra eletrônica *Constituição Estadual Anotada*, para marcar os 30 anos da promulgação do texto, com anotações feitas por uma equipe de desembargadores da Casa especialistas em Direito Constitucional e informações sobre cada dispositivo da norma.

Outra obra publicada pela Ejef nesta gestão foi o livro *5 Anos – Código de Processo Civil*, com lançamento previsto para junho de 2020 em comemoração aos cinco anos da edição do novo Código de Processo Civil brasileiro. São 30 artigos elaborados por magistrados e servidores do Judiciário mineiro, abordando temas atuais do processo civil.



MEMÓRIA DO JUDICIÁRIO

Cumprindo sua missão institucional de preservar e divulgar a história da Justiça estadual, a Memória do Judiciário Mineiro (Mejud), nesta gestão, recebeu cerca de 26 mil visitantes no Museu do Palácio da Justiça Rodrigues Campos, nas programações educativas e culturais e em suas exposições permanentes e itinerantes.

Em 8 de novembro de 2018, o TJMG comemorou os 30 anos de criação da Mejud. A programação teve o ato de obliteração do selo comemorativo da data e o descerramento do quadro do ex-presidente do TJMG desembargador Costa Belém, cujo registro visual foi localizado apenas em 2018, 132 anos após sua posse, em 1886.

Entre as ações de destaque da Mejud neste biênio, figura a digitalização de vários processos de interesse histórico e a disponibilização dos arquivos para a comunidade jurídica, estudantes e pesquisadores, para visualização *online* no *site* do setor.

A seção contém ainda listagem com processos criminais e cíveis das Comarcas de Belo Horizonte, Barbacena, Alvinópolis e Araçuaí.

O acervo documental da Mejud é superior a 5 mil peças, oriundas de 57 comarcas mineiras.

Foi realizado serviço de desinfestação para combater insetos, brocas, ácaros e fungos presentes em processos antigos do acervo. Os organismos nocivos que atacam produtos de origem vegetal (celulose) foram eliminados de forma segura e eficiente.

A desinfestação incluiu documentos recolhidos da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJR), totalizando 8.472 processos e 237 livros, e outras 261 caixas que vieram da Comarca de Santa Bárbara. Eles estão na etapa de higienização e acondicionamento.



FOTO: DIVULGAÇÃO

A Mejud recebeu cerca de 26 mil visitantes no Museu do Palácio da Justiça



Em dezembro de 2019, surgiu o novo canal unificado de atendimento do Judiciário, o “Fale com o TJMG”

OUVIDORIA ATENTA

Considerando todos os canais de atendimento com o público, o total de demandas recebidas pela Ouvidoria, de 1º de julho de 2018 até abril de 2020, foi de 19.835.

A média foi de 944 por mês, o que reafirma a consolidação do papel do setor como importante instrumento de interlocução entre o Judiciário mineiro e o cidadão.

Em fevereiro de 2020 o canal de atendimento da ouvidoria via WhatsApp foi desativado e substituído pelo novo canal unificado de atendimento do Judiciário mineiro, o “Fale com o TJMG”, que pode ser acessado também pelo celular.

A novidade, além de unificar o recebimento das manifestações, trouxe ao atendimento maior segurança, controle e a possibilidade de acompanhamento das demandas.

A criação do novo canal surgiu dentro do pioneiro Programa de Integridade do TJMG, que a Ouvidoria contribuiu para construir.

Situado na página inicial do Portal do Tribunal, o novo canal direciona automaticamente as mensagens ao setor competente pelo atendimento, bem como possibilita ao interessado o acompanhamento da tramitação da demanda.

Acessível por meio de um número de telefone fixo, por meio de formulário dentro do Portal TJMG, presencialmente e pelos correios, a Ouvidoria foi criada em 2012, em atendimento ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para que o cidadão envie dúvidas, reclamações, sugestões, críticas, elogios e denúncias ao Poder Judiciário.

PARCERIAS E COOPERAÇÃO

Nesses dois anos, o TJMG celebrou diversas parcerias com instituições públicas, privadas e organismos da sociedade civil, em uma postura permanente de somar esforços em prol da melhoria da prestação jurisdicional e do bem-estar da sociedade brasileira.

Entre as muitas entidades com as quais foram firmadas as parcerias, destacam-se:

Conselho Nacional
de Justiça (CNJ)

Tribunal Regional Eleitoral

Procuradoria Regional Eleitoral

Ministério Público de MG

Defensoria Pública de MG

Secretaria de Estado de
Justiça e Segurança Pública

OAB-MG

Polícia Civil de Minas

Secretaria de Estado de
Planejamento e Gestão

Advocacia-Geral da União

Centralização de Serviços
dos Bancos S.A. (Serasa)

Associação Profissionalizante
do Menor de Belo
Horizonte (Assprom)

Associação Mineira de
Rádio e Televisão (Amirt)

Junta Comercial do Estado
de Minas Gerais (Jucemg)

MRV Engenharia e
Participações S.A.

TV Alterosa

Agência Brasileira de
Inteligência (Abin)

PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Em um ato de pioneirismo desta gestão, o TJMG tornou-se a primeira Corte estadual do País a lançar uma iniciativa voltada exclusivamente ao combate à prática de corrupção e fraudes: o Programa de Integridade.

Lançado em fevereiro de 2020, o programa consiste em um conjunto de ações para prevenir, detectar e remediar práticas de corrupção, fraudes, irregularidades e desvios éticos e de conduta.

A iniciativa tem como pilares um código de conduta, que orienta todos os colaboradores quanto às regras a serem seguidas no ambiente de trabalho, com ética e em conformidade com o interesse público, a análise de riscos e o canal unificado “Fale com o TJMG”.

A partir desse código de conduta, foi elaborada a política de integridade das contratações, de

modo a assegurar negociações públicas pautadas nos valores do Tribunal mineiro e a política de integridade no ingresso de servidores.

Com o Programa Integridade, surgiu também o manual do Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), que tem como referência a Lei 12.846/2013, conhecida como Lei Anticorrupção Empresarial, e a Resolução TJMG 880/2018, que institui o PAR no âmbito do Judiciário mineiro.

O Programa foi lançado em setembro de 2018, em evento do qual participou o ministro Benjamin Zymler, do Tribunal de Contas da União. Na sequência, o TJMG sediou, em maio de 2019, uma jornada intensiva sobre o controle da administração pública, o 5º Fórum de Boas Práticas de Auditoria e Controle Interno do Poder Judiciário, e deu início ao treinamento de servidores, promovendo a oficina “Trilha de Aprendizagem” do Programa de Ética e Integridade.





A ministra Cármen Lúcia agradeceu o esforço do Judiciário no levantamento da população carcerária para o BNMP

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

O TJMG foi prestigiado nesta gestão com a presença de várias autoridades de Minas e do Brasil, entre visitas de cortesia e de trabalho. Da mesma maneira, o Tribunal mineiro se fez presente em diversos eventos e reuniões realizados em cidades mineiras e outros estados.

Uma marca do biênio 2018/2020 foi o estreito diálogo do Judiciário com o Legislativo e o Executivo estaduais. O governador de Minas, Romeu Zema, e o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), deputado Agostinho Patrus, mantiveram-se em permanente interlocução com o presidente Nelson Missias de Moraes, visando sempre ao melhor interesse da população do estado.

Mantendo relação de abertura e cooperação, a Presidência do TJMG recebeu em seu gabinete ao longo da gestão dezenas de comitivas de representantes do Executivo e do Legislativo de municípios mineiros, oportunidade em que ouviu suas demandas para as diversas comarcas mineiras.

Foram inúmeras as autoridades nacionais recebidas pelo Tribunal mineiro, entre as quais a ex e o atual presidente do STF, ministra Cármen Lúcia e ministro Dias Toffoli, o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio de Noronha, o ministro do STF Luís Roberto Barroso, o então ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, o presidente do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), Fabiano Bordignon, os governadores João Doria (SP), Wilson Witzel (RJ), Renato Casagrande (ES), Carlos Moisés (SC) e Eduardo Leite (RS); o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia; e o corregedor nacional de justiça, ministro Humberto Martins

Entre as inúmeras participações do TJMG em reuniões de trabalho em outros estados, destacam-se a presença do desembargador Nelson Missias no Encontro de Presidentes de Tribunais de Justiça, em São Paulo, e na solenidade de entrega do 32º Troféu Tancredo Neves, em 1º de julho de 2019, no qual atuou como orador oficial.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A responsabilidade social é um conceito que permeia as diversas ações do TJMG, mas é sobretudo por meio de duas grandes iniciativas, o Núcleo de Voluntariado da Casa e o projeto Rua do Respeito, que as ações com esse foco foram desenvolvidas pelo Judiciário mineiro, durante esta gestão.

O Núcleo de Voluntariado apoiou iniciativas em prol da comunidade quilombola de Alegre, localizada na zona rural de São João da Lagoa, no Norte de Minas; estimulou a doação do imposto de renda para o Fundo para a Infância e a Adolescência; promoveu campanhas como “O inverno não é tão frio quando

existe solidariedade”, em apoio à população em situação de rua; de doação de água para a população atingida por enchentes e pelo rompimento da Barragem do Córrego do Feijão; de doação de objetos de higiene pessoal para a Cruz Vermelha e de kits de passatempo para o Hospital Mário Penna.

Uma iniciativa gestada dentro do projeto Rua do Respeito, em parceria com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e o Vicariato da Arquidiocese de Belo Horizonte, resultou na instalação, na capital mineira, da primeira caixa postal comunitária para as pessoas em situação de rua.

DOAÇÕES RECEBIDAS
PELA PASTORAL DE RUA
MAR A ABR/20

70 MIL
DOAÇÕES
RECEBIDAS





FOTO: ROBERT LEAL

Campanha arrecadou mais de 560 cobertores para a população em situação de rua

Instalada em dezembro de 2019, onde funciona a Pastoral de Rua de Belo Horizonte (Rua Além Paraíba, 208, no Bairro Lagoinha), a caixa postal comunitária nasceu com o objetivo de garantir à população de rua um endereço postal seguro e gratuito para o recebimento de correspondência.

A participação do TJMG no Comitê Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida, Enfrentamento do Tráfico de Pessoas e Erradicação do Trabalho Escravo (Comitrate-MG), órgão da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (Sedese), resultou na facilitação do acesso à Justiça para pessoas em situação de rua, moradores de áreas ocupadas e migrantes.



FOTO: GECILIA PEDERZOLI

A equipe da Ejef arrecadou e doou mais de duas mil fraldas para o hospital Sofia Feldman



O Núcleo de Voluntariado entregou mais de 3 mil itens para a Cruz Vermelha



O projeto Rua do Respeito realizou a Rua Previdenciária, para a população em situação de rua



Por meio de campanha, foram arrecadados e doados itens para a comunidade quilombola de Alegre

SUSTENTABILIDADE

A gestão para o biênio foi marcada pela promoção de avanços tecnológicos necessários ao combate do desperdício de recursos financeiros, materiais e administrativos, tendo como parâmetro o princípio da sustentabilidade, que norteia os atos do Núcleo Socioambiental.

O núcleo é quem estabelece as ações, as metas, os prazos de execução, os mecanismos de diagnóstico e o monitoramento do Plano de Logística Sustentável do TJMG, vinculado ao

Planejamento Estratégico da Casa, bem como a metodologia de avaliação dos seus resultados.

As medidas proporcionaram no biênio, em comparação com 2016/2018, até abril de 2020, redução no consumo de copos descartáveis e embalagens descartáveis, gerando também economia de gastos com esses insumos, e também redução dos gastos com papel, telefonia fixa, telefonia móvel, energia, impressão, bem como com a entrega de materiais nas unidades.

INDICADOR/MÉTRICA	REDUÇÃO*
Consumo de copos descartáveis para água	75%
Consumo de copos descartáveis para café	47%
Gasto com copos descartáveis para água	62%
Gasto com copos descartáveis para café	26%
Consumo de embalagens descartáveis para água mineral	20%
Consumo de embalagens retornáveis para água mineral	58%
Gasto com água mineral em embalagens descartáveis	42%
Gasto com água mineral em embalagens retornáveis	68%
Gasto com contratos de terceirização de impressão	17%
Consumo de papel próprio	23%
Gasto com papel próprio	11%
Gasto com telefonia fixa	26%
Gasto com telefonia móvel	26%
Consumo de água	24%
Gasto com água	13%

* Comparação entre biênios 2016/2018 e 2018/2020, até abril de 2020

INDICADOR	2016	2017	2018	2019
Percentual de aumento no uso do recurso de impressão em frente e verso	24,50%	33,48%	39,00%	67,00%

A Gerência de Suprimentos e Controle Patrimonial (Gesup) implantou a logística de entrega de materiais com veículo próprio em comarcas até 150 km de Belo Horizonte, medida que gerou economia nos gastos da ordem de 78,73%, aproximadamente R\$ 500 mil. As entregas realizadas com caminhões resultaram numa economia de quase R\$ 600 mil. A evolução do número de rotas, de comarcas atendidas, de volume transportado são elementos acompanhados nesse modelo de entrega de material.

ENERGIA ELÉTRICA E CONTRATOS

Nesta gestão, foi negociada a troca de titularidade de uma das unidades ocupadas pelo Tribunal, negociação que resultou na isenção de ICMS, representando ganho de cerca de R\$ 85 mil. Foi negociada também a alteração de demanda contratada de energia elétrica de oito unidades. A economia estimada foi de aproximadamente R\$ 30 mil.

No ano de 2019, houve redução de 18,27% nos gastos com contratos de *outsourcing* de impressão, como consequência das renegociações. Além disso, a Gerência de Suporte à Operação de Equipamentos (Geope) atuou para reduzir os gastos e o consumo de impressões.

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Em 2019, foram contabilizadas 57.334 participações de magistrados, servidores e colaboradores em ações de qualidade de vida no ambiente de trabalho, o que corresponde a um aumento de 61,07%. Essas ações são realizadas no decorrer do ano pela Coordenação de Qualidade de Vida no Trabalho, juntamente com a Assessoria de Comunicação (Ascom).

Também em 2019, foram oferecidas 14 ações de formação e aperfeiçoamento, na modalidade presencial, em que foram abordados temas relativos à educação socioambiental e qualidade de vida — em 2018, foram 10 dessas ações.

O curso “Introdução à Gestão Socioambiental”, na modalidade à distância, passou a ser oferecido em caráter permanente. Além disso, o Plano de Logística Sustentável do TJMG tornou-se parte integrante do conteúdo do curso de formação inicial de juízes de direito substitutos e do programa Servidor Integrado (Serin).

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS

DIREÇÃO TJMG / BIÊNIO 2018/2020

Presidente

DES. NELSON MISSIAS DE MORAIS

1º Vice-presidente

DES. JOSÉ AFRÂNIO VILELA

2º Vice-presidente

DESA. ÁUREA MARIA BRASIL SANTOS PEREZ

3º Vice-presidente

DESA. MARIANGELA MEYER PIRES FALEIRO

Corregedor-Geral de Justiça

DES. JOSÉ GERALDO SALDANHA DA FONSECA

Vice-Corregedor Geral

DES. JAYME SILVESTRE CORRÊA CAMARGO

SUPERINTENDENTES

Superintendente-Adjunto da Superintendência Administrativa

DES. GILSON SOARES LEMES

Superintendente-Adjunto da Superintendência Judiciária

DES. JOSÉ CARLOS MOREIRA DINIZ

Ouvidor do Tribunal de Justiça

DES. ELIAS CAMILO SOBRINHO

Superintendente de Transportes

DES. AGOSTINHO GOMES DE AZEVEDO

Superintendente de Precatórios

DES. RAMOM TÁCIO DE OLIVEIRA

Superintendente-Adjunta da Escola
Judicial Des. Edésio Fernandes

DESA. MARIA LUIZA DE MARILAC ALVARENGA ARAÚJO

Superintendente de Gestão Predial

DES. OCTAVIO AUGUSTO DE NIGRIS BOCCALINI

Superintendente da Coordenadoria da
Infância e da Juventude – COINJ

DESA. VALÉRIA DA SILVA RODRIGUES QUEIROZ

Superintendente da Coordenadoria da Mulher em
Situação de Violência Doméstica e Familiar – COMSIV

DESA. ALICE DE SOUZA BIRCHAL

Superintendente da Memória do Judiciário Mineiro

DES. LÚCIO URBANO SILVA MARTINS

Superintendente de Planejamento Administrativo
e Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio

DES. JOSÉ ARTHUR DE CARVALHO PEREIRA FILHO

Superintendente de Relações com os Tribunais
Superiores e o Conselho Nacional de Justiça - CNJ

DES. ANTÔNIO CARLOS CRUVINEL

Superintendente de Cerimonial Institucional

DES. MARCOS HENRIQUE CALDEIRA BRANT

Superintendentes de Comunicação Institucional

DES. JOSÉ AMÉRICO MARTINS DA COSTA

Superintendentes de Segurança Institucional

DES. MARCOS HENRIQUE CALDEIRA BRANT

DES. WANDERLEY SALGADO DE PAIVA

Superintendente de Saúde

DES. NEWTON TEIXEIRA CARVALHO

Superintendente de Gestão Orçamentária e Financeira

DES. MARCOS LINCOLN DOS SANTOS

Superintendente para Assuntos Legislativos

DES. ALBERTO DINIZ JUNIOR

Superintendente de Obras

DES. AMAURI PINTO FERREIRA

Superintendente de Tecnologia e Informação

DES. MARCO AURÉLIO FERENZINI

Superintendente de Estudos de Aprimoramento e Otimização
da Administração dos Recursos Oriundos do Fundo
Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

DES. MARCELO GUIMARÃES RODRIGUES

Superintendente da Assessoria Jurídica
da Presidência – ASPRE

DES. ANDRÉ LUIZ AMORIM SIQUEIRA

JUIZES AUXILIARES

Presidência

JUIZ DE DIREITO DELVAN BARCELOS JÚNIOR
JUIZ DE DIREITO JAIR FRANCISCO DOS SANTOS
JUIZ DE DIREITO LUIZ CARLOS REZENDE SANTOS
JUÍZA DE DIREITO ROSIMERE DAS GRAÇAS DO COUTO

1ª Vice-Presidência

JUIZ DE DIREITO ARMANDO GHEDINI NETO

2ª Vice-Presidência

JUIZ DE DIREITO LUÍS FERNANDO DE OLIVEIRA BENFATTI

3ª Vice-Presidência

JUIZ DE DIREITO JOSÉ RICARDO DOS SANTOS FREITAS VÉRAS

Corregedoria

JUIZ DE DIREITO ADRIANO ZOCHE
JUÍZA DE DIREITO ALDINA DE CARVALHO SOARES
JUIZ DE DIREITO CHRISTYANO LUCAS GENEROSO
JUIZ DE DIREITO EDUARDO GOMES DOS REIS
JUIZ DE DIREITO EDUARDO HENRIQUE DE OLIVEIRA RAMIRO
JUIZ DE DIREITO GUILHERME SADI
JUIZ DE DIREITO JOÃO LUIZ NASCIMENTO DE OLIVEIRA
JUIZ DE DIREITO LEONARDO VIEIRA ROCHA DAMASCENO
JUÍZA DE DIREITO LÍVIA LÚCIA OLIVEIRA BORBA
JUIZ DE DIREITO PAULO ROBERTO MAIA ALVES FERREIRA

DIRETORES, SECRETÁRIOS E ASSESSORES

ABALENE ROMIE RODRIGUES DA SILVA

ADRIANA LAGE DE FARIA

ALESSANDRA DA SILVA CAMPOS

ANA PAULA ANDRADE PROSDOCIMI DA SILVA

ANTÔNIO FRANCISCO MORAIS ROLLA

BRUNA EDUARDA MEDEIROS DE SOUSA

CÁTIA LALÚCIA DE REZENDE

EDUARDO ANTÔNIO CODO SANTOS

ELISABETE CUNHA DOS SANTOS BARRETO

FERNANDO ROSA DE SOUSA

GUILHERME AUGUSTO MENDES DO VALLE

HILTON SECUNDINO ALVES

JOÃO VICTOR SILVEIRA REZENDE

JOSÉ AUGUSTO VIANA NOGUEIRA

MANOEL MARCOS GUIMARÃES

MARCELO JUNQUEIRA SANTOS

MARIA CRISTINA MONTEIRO RIBEIRO CHEIB

MAURÍCIO DE JESUS RIBEIRO DE SOUZA

MAURO MARQUES

NEUZA DAS MERCÊS REZENDE

RENATO CARDOSO SOARES

RICARDO DE FREITAS REIS

ROBERTO BRANT ROCHA

TATIANA MARTINS DA COSTA CAMARÃO

THIAGO TINANO DUARTE

WAGNER DE AGUIAR MENDES

EXPEDIENTE

Assessor de Comunicação Institucional
MANOEL MARCOS GUIMARÃES

Gerente de Mídias e Conteúdo
MARIA CLARA PRATES

Central de Conteúdos
FRANCIS ROSE DE SOUZA NOGUEIRA

Central de Mídias
MARLYANA TAVARES DE ALMEIDA

Gerência de Comunicação Institucional
MARIANA ALVES DE BRITO MAGALHÃES

Central de Relações Públicas e Cerimonial
GABRIEL FERNANDO DE ALMEIDA

Central de Publicidade e Programação Visual
SÍLVIA MONTEIRO DE CASTRO LARA DIAS

Central de Comunicação Institucional
REGINA CLARK

Serviço de Apoio Administrativo
JUSSARA ASSIS

Redação
DANIELE HOSTALÁCIO

Revisão
PATRÍCIA LIMONGI

Design Gráfico
MARIANA PACHECO

Impressão
ARTES GRÁFICAS FORMATO LTDA

Tiragem
1.200 EXEMPLARES

